



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

**ABORDANDO O RACISMO E O PRECONCEITO NAS AULAS DE GEOGRAFIA:
reflexões, desafios e perspectivas**

Maceió/AL
2023

JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

**ABORDANDO O RACISMO E O PRECONCEITO NAS AULAS DE GEOGRAFIA:
reflexões, desafios e perspectivas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção de grau de licenciada em Geografia.
Orientador: Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos.

Maceió/AL
2023

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

- S586a Silva, Jessica Emanuelle Ramos da.
Abordando o racismo e o preconceito nas aulas de geografia : reflexões, desafios e perspectivas / Jessica Emanuelle Ramos da Silva. – 2023.
71 f. : il. : color.
- Orientadora: Maria Francineila Pinheiro dos Santos.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Geografia: Licenciatura) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio
Ambiente. Maceió, 2023.
- Bibliografia: f. 62-66.
Apêndices: f. 68-71.
1. Brasil. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. 2. Educação geográfica. 3. Ensino
de geografia. I. Título.

CDU: 372.891

Folha de Aprovação

JESSICA EMANUELLE RAMOS DA SILVA

ABORDANDO O RACISMO E O PRECONCEITO NAS AULAS DE GEOGRAFIA: reflexões, desafios e perspectivas

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 13 de outubro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 MARIA FRANCINEILA PINHEIRO DOS SANTOS
Data: 16/10/2023 18:38:25-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientador (a) – Prof^ª. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos, (Instituto de Desenvolvimento e Meio Ambiente)

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 AMANDA BARBOSA GUEDES CARDOSO
Data: 17/10/2023 09:57:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador (a) 1 – Prof^ª. Ms. Amanda Barbosa Guedes Cardoso

Documento assinado digitalmente
 MARIANA GUEDES RAGGI
Data: 17/10/2023 16:44:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Examinador (a) 2 – Prof^ª. Dra. Mariana Guedes Raggi, Centro de Educação

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, minha irmã, meu namorado, e a mim mesma pela coragem de resistir mesmo nos dias nublados.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e a Nossa Senhora das Graças, por sempre estarem presentes em minha vida me dando forças e coragem para enfrentar os desafios, e por ter colocado ao longo desse percurso pessoas maravilhosas que alegraram a minha jornada e contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal.

Agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Maria Francineila Pinheiro dos Santos pelos diálogos, parceria, dedicação e orientações, as quais foram imprescindíveis para o meu desenvolvimento acadêmico.

Minha eterna gratidão a minha família, especialmente meus pais, Silvana e Silvio, a minha saudosa irmã Maria Eduarda pela paciência em ouvir as minhas lamúrias e sempre me encorajar, ao namorado Eguitayne pelas palavras de incentivo, e todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente, me incentivando e ajudando. Em suma, todos os momentos vivenciados nessa trajetória ficarão vivos em minha memória.

Epígrafe

“Quanto mais se nega a existência do racismo no Brasil, mais esse racismo se propaga”
(GOMES, 2015).

RESUMO

Este trabalho aborda o racismo e o preconceito nas aulas de Geografia, proporcionando reflexões acerca dos desafios e perspectivas vivenciados no contexto escolar. Além disso, discute os resultados obtidos através das atividades desenvolvidas ao longo do Estágio Supervisionado IV em Geografia realizado em uma escola estadual da cidade Maceió/AL. O referido trabalho apresenta abordagem teórica sobre Educação Geográfica, Ensino de Geografia e Geografia Escolar. Assim como acerca da implantação da lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do Ensino da História da África e da cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Como aportes teóricos, destacam-se: Callai (2009; 2013), Cavalcanti (2012), e Munanga (2005) e Santos (2018), dentre outros utilizados no decorrer do trabalho. Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados, foram realizados levantamentos bibliográficos, aplicação de atividades, questionários, elaboração de gráficos e quadros, e análise dos dados obtidos. As análises demonstraram a concepção de 26 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio da disciplina de Geografia, cabe salientar que os resultados apresentados ressaltam a importância do Ensino de Geografia para aplicabilidade da lei 10.639/03. Nestes termos, ressalta-se a necessidade e relevância da educação pautada na diversidade, respeito, e valorização da cultura brasileira a partir dos conhecimentos étnicos raciais, fazendo com que tenhamos a formação cidadã dos estudantes, os quais conheçam e respeitem a pluralidade brasileira, e além disso, valorizem a construção da sua própria identidade cultural com base nas raízes da sua ancestralidade.

Palavras-chave: Educação Geográfica; Ensino de Geografia; Lei 10.639/03.

ABSTRACT

This work addresses racism and prejudice in Geography classes and provides reflections on the challenges and perspectives experienced in the school context, and furthermore, it discusses the results obtained through the activities developed throughout the Supervised Internship IV in Geography carried out in a state school in the city of Maceió/AL. The work provides a brief theoretical approach to Geographic Education, Geography Teaching and School Geography. As well as regarding the implementation of law 10.639/03, which deals with the mandatory teaching of African History and Afro-Brazilian culture in school curricula. As theoretical contributions, the following stand out: Callai (2009; 2013), Cavalcanti (2012), and Munanga (2005), among others used throughout the work. In relation to the methodological procedure used, bibliographical surveys, application of activities, satisfactory questionnaire, creation of graphs and tables were carried out. The analyzes of the respective empirical research demonstrated the conception of 26 students in the third year of high school. It is worth noting that the results presented highlight the importance of Geography Teaching for the applicability of law 10.639/03. Therefore, this discussion will provide an education based on diversity, respect, and appreciation of Brazilian culture based on ethnic and racial knowledge, enabling society to build its citizenship by knowing and respecting Brazilian plurality, and, moreover, building its own identity. cultural based on the roots of your ancestry.

Keywords: Teaching Geography; Geographic Education; Law 10,639/03.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Slides apresentados na aula expositiva e dialogada.....	32
Figura 2	- Dinâmica da autoidentificação com espelho.....	32
Figura 3	- Slides apresentados na aula expositiva e dialogada.....	38
Figura 4	- Atividade com reportagem.....	38
Figura 5	- Caso Moise.....	39
Figura 6	- Ataque aos povos Yanomami.....	41
Figura 7	- Passageira negra é retirada a força de voo.....	43
Figura 8	- Motoboy é agredido.....	44
Figura 9	- Fraude as cotas raciais.....	46
Figura 10	- Slides apresentados na aula expositiva e dialoga.....	50

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Atividade que os estudantes mais gostaram	56
Gráfico 2	- Estudantes que já ouviram falar sobre a questão étnica racial no Brasil.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	- Dinâmica da autoidentificação	33
Quadro 2	- Atividade com Charge.....	51
Quadro 3	- Atividade com Charge	53
Quadro 4	- Relato dos estudantes sobre as atividades aplicadas.....	54
Quadro 5	- Importância das atividades aplicadas	55
Quadro 6	- Justificativa sobre a dinâmica de autoidentificação.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
METODOLOGIA	17
1.A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM EVIDÊNCIA	18
2. RELEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA	24
2.1. O legado escravocrata na sociedade brasileira e suas respectivas consequências para o sistema educacional.	24
2.2. Implementação da lei 10.639/2003: movimentos, cenários e percurso	29
3: ATIVIDADES ENVOLVENDO RACISMO E O PRECONCEITO NAS AULAS DE GEOGRAFIA.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
Referências	62
APÊNDICE	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso intitulado: “Abordando o racismo e o preconceito nas aulas de Geografia: reflexões, desafios e perspectivas” discute os resultados obtidos através das atividades desenvolvidas ao longo do Estágio Supervisionado IV em Geografia realizado em uma escola estadual da cidade Maceió/AL.

O interesse pelo estudo da referida temática foi impulsionado após observar inúmeros casos de racismo e preconceito, cada vez mais difundidos na atualidade, diante de tais acontecimentos, me senti instigada a refletir e pesquisar sobre a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas da rede básica de ensino, e de que modo este assunto pode ser abordado nas aulas de Geografia, tendo em vista que o mesmo trata-se de um tema presente nos conteúdos geográficos.

Deste modo, o objetivo do trabalho é abordar o racismo e o preconceito nas aulas de Geografia, debater a implementação da lei 10.639/03, e dialogar com os estudantes acerca da diversidade étnico racial e cultural em nosso país.

Nesse sentido, é imprescindível o desenvolvimento de estudos referente a temática que apresente reflexões propositivas e ressalte as contribuições da população negra e africana para construção sociocultural do nosso país, principalmente no âmbito escolar, pois o espaço escolar é constituído por uma grande diversidade cultural, e a falta de identidade e pertencimento dos estudantes podem culminar em atitudes racistas e discriminatórias.

A pesquisa empírica foi realizada entre os meses de abril a maio de 2023, na Escola Estadual de Ensino Integral Marcos Antônio Cavalcanti Silva, no bairro do Benedito Bentes, na cidade de Maceió/AL.

Em relação ao procedimento metodológico utilizado, foram realizados levantamentos bibliográficos, realização de atividades, aplicação de questionários, elaboração de gráficos e quadros. As análises dos dados provenientes da pesquisa empírica demonstraram a concepção de 26 estudantes do terceiro ano do ensino médio acerca do racismo e preconceito vivenciados e observados cotidianamente em nosso País. Os resultados apresentados ressaltam a importância do Ensino de Geografia para aplicabilidade da lei 10.639/03.

O trabalho traz uma breve abordagem teórica sobre Educação Geográfica, Ensino de Geografia e Geografia Escolar. Assim como acerca da implantação da lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do Ensino História da África e da cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. Como aportes teóricos, destacam-se: Callai (2009; 2013), Cavalcanti (2012),

Munanga (2005) e Santos (2018), dentre outros autores utilizados ao decorrer do trabalho.

O referido trabalho de conclusão de curso está organizado a partir de três capítulos. No primeiro abordamos alguns conceitos referentes ao Educação Geográfica, Ensino de Geografia e Geografia Escolar. No segundo temos um breve histórico sobre a implementação do Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira. No terceiro são apresentadas as atividades envolvendo racismo e preconceito nas aulas de Geografia, assim como as concepções dos estudantes pesquisados.

Discutir a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas aulas de Geografia é de suma importância, porque proporcionará aos estudantes discussões sobre a discriminação racial e concomitantemente contribuirá para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

O debate destes temas nas aulas de Geografia possibilita que os estudantes se apropriem da sua história e lutem contra os agentes hegemônicos que querem apagar o legado da população negra e africana, e ampliem a sua visão acerca da formação territorial do Brasil e de sua população.

Portanto, essa discussão propiciará uma educação pautada na diversidade, respeito, e valorização da cultura brasileira a partir dos conhecimentos étnicos raciais, fazendo com que a sociedade construa a sua cidadania, conhecendo e respeitando a pluralidade brasileira, e para mais a construção da sua própria identidade cultural com base nas raízes da sua ancestralidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está baseada na pesquisa qualitativa. Neste contexto, a abordagem de cunho qualitativo se mostra eficaz uma vez que é vista como uma metodologia que produz dados a partir de análises do objeto de estudo, seus fenômenos, indivíduos e situações, configurando-se em uma metodologia viável e de acordo com os objetivos deste projeto.

Conforme Flick (2004, p.20) a pesquisa qualitativa consiste “[...] na escolha correta de métodos e teorias oportunos, no reconhecimento e análises de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento”.

Como procedimentos metodológicos foram realizados levantamentos bibliográficos, aulas expositivas e dialogadas, realização de três atividades acerca da história e cultura Afro-brasileira e Africana, discussões realizadas em sala de aula, elaboração de gráficos, quadros e análise dos dados coletados.

As referidas atividades tiveram como intuito discutir a história e cultura Afro-brasileira e Africana em uma turma do 3º ano do Ensino Médio da referida escola.

Sendo assim, a supracitada temática foi discutida ao longo de seis aulas de Geografia. Além das aulas expositivas e dialogadas, desenvolvemos três atividades (uma atividade, a cada duas aulas), nas quais realizadas nas duas primeiras aulas a dinâmica da autoidentificação com espelho, nas duas seguintes atividades com reportagens e, nas duas últimas aulas realizamos atividade com charges.

Na dinâmica da autoidentificação com espelho evidenciamos a diversidade étnica racial no Brasil. Na atividade envolvendo reportagens foi discutido os crimes de racismo no Brasil. E por fim, no exercício com charges salientamos os conflitos étnicos-nacionalistas e separatistas.

É urgente a necessidade de trabalharmos temas que mostrem o legado da população negra, pois a invisibilidade a qual é tratada a história da população negra nos livros didáticos, e no próprio currículo escolar, faz com que os estudantes por vezes acabem desenvolvendo um comportamento de auto-rejeição, em que os mesmos passam a negar os seus valores culturais, resultando na supervalorização da cultura eurocêntrica (SILVA, 2005).

Para mais, os professores precisam quebrar as resistências dentro de si em abordar tais temáticas, pois esse despreparo por parte dos professores é reflexo do mito da democracia racial. Portanto, devemos deixar claro para os estudantes a importância de conhecer a sua própria história, para que os mesmos construam a sua identidade cultural, e tenham uma visão mais crítica acerca das relações raciais (MUNANGA, 2005).

1.A EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA EM EVIDÊNCIA

Na atualidade, abordar temas que envolvem as relações raciais tem sido cada vez mais complexo, e o racismo, tem se tornado um fenômeno expressivamente presente na sociedade brasileira. Por isso, é necessário a efetivação de políticas públicas e discussões pertinentes sobre esta temática para que os sujeitos possam ser educados para serem antirracistas, pois diante do cenário que vivemos na contemporaneidade não basta ser contra o racismo, é preciso ser antirracista, para que crimes de racismo como os que vem ocorrendo na atualidade não fiquem impunes, e não voltem a ocorrer (DAVIS, 2016).

Neste contexto, a escola se apresenta como um dos espaços mais propícios para sediar essas discussões, visto que a educação escolar ocupa uma posição de destaque no combate contra o racismo, problema este que está inerente na sociedade brasileira por séculos, e precisa ser combatido, pois segundo Munanga (2005, p.17)

A educação é capaz de oferecer tanto aos jovens, como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista na qual foram socializados.

Desse modo, é na escola que os estudantes desenvolvem o senso crítico, e conseguem construir novos saberes que permeiam a sala de aula, que concomitantemente contribui para a vida social, política e moral dos sujeitos. E além disso, a sala de aula é um ambiente bem diversificado, composto por diversas culturas, etnias, religiões, gêneros, e classes sociais, e na maioria das vezes essas diferenças resultam na divergência de ideias, que precisam ser valorizadas e bem trabalhadas pelas instituições de ensino (SANTOS; SILVA; 2021).

Neste sentido, a Ciência Geográfica desempenha um papel primordial para a compreensão das transformações que ocorrem no Espaço Geográfico de forma contínua, sejam elas políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais. Por isso, se faz necessário refletir sobre a importância do Ensino de Geografia para que os estudantes compreendam a complexidade existente nas supracitadas transformações que ocorrem no espaço, de forma crítica e com base nas categorias geográficas.

Sendo assim, Santos e Vilar (2020, p. 228) aponta a necessidade de que o Ensino de Geografia seja “[...] propício para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem com vistas à cidadania, e as demandas contemporâneas”. Pois, o Ensino de Geografia possibilita abertura para trabalhar com diversificados saberes dos agentes que participam do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, professores e estudantes.

O ensino de geografia, assim, não se deve pautar pela descrição e enumeração de dados, priorizando apenas aqueles visíveis e observáveis na sua aparência (na maioria das vezes impostos à “memória” dos alunos, sem real interesse por parte deste. Ao contrário, o ensino deve propiciar ao aluno a compreensão do Espaço Geográfico na sua concretude, nas suas contradições CAVALCANTI, 2007, p. 20).

Corroborando com a autora, entende-se que o Ensino de Geografia deve estar voltado para a autonomia do pensamento dos estudantes, para que os mesmos se enxerguem como agentes transformadores do espaço geográfico, e desenvolvam a capacidade crítica de questionar o espaço vivido, e compreender que as suas ações sejam elas individuais ou coletivas geram impactos para si e para sociedade.

Cabe salientar, que a Geografia enquanto disciplina escolar teve grandes relevâncias no cenário da educação brasileira, tendo a sua historicidade iniciada no século XIX com a sistematização da Ciência Geográfica devido as contribuições dos alemães Alexandre Von Humboldt e Karl Ritter, neste mesmo século a disciplina passou por inúmeros contextos que refletem até os dias atuais (SANTOS; FERNANDES, 2018).

A princípio, a disciplina foi implantada como componente curricular no Colégio Dom Pedro II, localizado no Estado do Rio de Janeiro, numa perspectiva tradicional fundamentada no positivismo. Neste período tínhamos uma Geografia Escolar de cunho conteudista, que era voltada para descrição dos fenômenos, fatos e acontecimentos, dedicando-se somente aos aspectos físicos da terra, e os professores eram vistos como detentores da verdade. Mas no mesmo século, a falta de uma Geografia que abrangesse a totalidade do mundo e as transformações sociais, culminou em uma nova corrente do pensamento geográfico denominada como Geografia Crítica que tem como base o materialismo histórico e como principal linha o marxismo para fundamentar as suas ideias (SANTOS; FERNANDES, 2018).

Nestes termos, é importante fazermos essa breve contextualização histórica para compreendermos a Geografia Crítica e os valores agregados a Geografia Escolar, dito isso,

A Geografia Escolar, por sua vez, abriga um conjunto de conhecimentos que são estruturados e veiculados na prática docente dos professores em Escolas de diferentes níveis de ensino, com o objetivo de compor o objeto da formação Escolar de seus alunos. Para sua estruturação, as referências são, de um lado, os conhecimentos geográficos acadêmicos (Geografia acadêmica e didática da Geografia), e de outro, saberes Escolares da tradição, destacando-se a própria Geografia Escolar já constituída (CAVALCANTI, 2012, p.372).

Neste sentido, durante o século XX a Geografia Tradicional vem perdendo forças, e

dando espaço para uma Geografia Escolar que é estruturada em três pilares: conhecimentos geográficos acadêmicos, didáticos e saberes escolares tradicionais, os quais buscam o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes de forma crítica, criativa e significativa,

Dessa maneira, a Geografia nas escolas busca desenvolver o senso crítico dos educandos a fim de que estes possam atuar de maneira reativa e propositiva perante as injustiças sociais, ou seja, promover uma aprendizagem prática com intenção emancipatória. Quando este ensino adquire uma abordagem transposta à perspectiva tradicional, os educandos adquirem saberes para agir conscientemente em seus contextos de vida social, política e cultural, são capazes de desenvolver atitudes positivas em favor da justiça social e adquirem autoconfiança e independência (BARBOSA, 2016, p.83).

Neste contexto de avanços, destaca-se a Educação Geográfica, na qual os professores estão buscando trabalhar a Geografia de forma crítica e significativa, que não se limita a transposição de conteúdo, mas busca-se fazer com que os estudantes compreendam a sociedade com base na espacialização dos fenômenos, e a partir da interpretação do espaço geográfico que estão inseridos, desenvolvendo o senso crítico e construindo cidadania (CALLAI, 2011). Neste sentido, Santos (2018, p.1) chama atenção ao apontar que a Educação Geográfica

[...] objetiva um processo de ensino-aprendizagem baseado na construção de conhecimentos, em vez de competências, e, por isso, os grupos de inovação que a discutem, visam um ensino pautado na edificação de cidadãos capazes de utilizar os saberes construídos para fazer a leitura crítica do mundo e atuar de modo consciente dos seus direitos e deveres perante a sociedade.

Em consonância com a autora, entende-se que o objetivo da Educação Geográfica é propiciar aos estudantes saberes que possam ser utilizados para além do contexto escolar, que gere contribuições para o processo de construção da cidadania, para que olhem o mundo de forma crítica, e estejam conscientes dos seus direitos e deveres perante a sociedade.

Deste modo, Castrogiovanni (2007, p. 08) ressalta que a Educação Geográfica “[...] seria então a forma de construir os instrumentos adequados e necessários para fazer a leitura do mundo a partir do olhar espacial”.

Nesta perspectiva, a Educação Geográfica estimula estudantes e professores a terem um olhar geográfico diferenciado, que colabore para análise crítica do contexto social que estão inseridos, e a partir disso sejam incentivados a mudar a realidade. Além disso, o professor é uma agente fundamental no processo de construção desses saberes, que devem ser iniciados mediante as inovações que os mesmos apresentam em sala de aula, e que torna possível a amplificação dos horizontes dos estudantes com base na sua respectiva realidade (CALLAI, 2011).

Ainda nesta discussão, Callai (2017, p. 84) ressalta que:

Uma proposição para fazer uma educação geográfica se apoia em considerar as seguintes dimensões: o quê, para quem; para quê; como. No contexto que remete à especificidade da disciplina curricular, a educação geográfica se sustenta nesses quatro pilares que remetem à dimensão pedagógica necessária para a educação escolar.

Neste sentido, o questionamento “O quê” nos faz refletir sobre os conteúdos específicos da Geografia que iremos trabalhar com os estudantes em sala de aula, onde são estabelecidos de acordo com as normativas das especificidades de cada ciência, e por meio das orientações curriculares apresentadas pelas legislações previstas nas políticas públicas educacionais.

Cabe ressaltar, que os currículos escolares são elaborados por cada instituição de ensino tendo como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Deste modo os currículos escolares não possuem características neutras, são constituídos para atender os interesses do Estado e conseqüentemente do mercado de trabalho, que não demonstra interesse em desenvolver o senso crítico dos estudantes. Para mais, a Educação Geográfica se preocupa com a construção social dos sujeitos, para que se enxerguem como agentes transformadores do espaço que estão inseridos.

Ao discutir “Para quem”, se faz necessário contextualizar a vida dos educandos por meio de alguns questionamentos “Quem são os estudantes?”; “Que grupo social estão inseridos?”; “Qual a faixa etária desses sujeitos?”; “Quais as noções identitárias e de pertencimento que os mesmos possuem?”, são questionamentos simples, mas essenciais para a análise geográfica.

No “Para quê” os professores são incentivados a ensinar uma Geografia que não se limita as bases curriculares, ou seja, é ensinar Geografia de uma forma que possibilite os estudantes a compreender o mundo, e concomitantemente a sua própria vida, pois os mesmos possuem uma identidade que na maioria das vezes ainda não foi construída e precisam ser estimulados a refletir propositivamente sobre o seu lugar de pertencimento. Por isso, se faz necessário levar em consideração os conhecimentos que cada educando traz consigo para o ambiente escolar tendo como base o espaço vivido, deste modo facilitará o processo de ensino e aprendizagem e a aquisição dos conteúdos geográficos.

Ao se questionar “como” somos motivados a refletir sobre o percurso que devemos seguir para atingir a efetivação do ensino de Geografia, deste modo devemos adotar inúmeros recursos didáticos pedagógicos, dos quais podemos citar: a utilização de músicas em sala de aula, dinâmicas, atividades inovadoras, literatura, ou seja, instrumentos que facilitem o processo de ensino e aprendizagem e que contribua para o desenvolvimento do raciocínio

espacial e conseqüentemente o senso crítico dos mesmos, pois segundo Callai (*et al*, 2016, p. 54).

[...] ensinar Geografia não é ensinar um conjunto de conteúdo e temas, mas é, antes de tudo, ensinar um modo de pensar, um modo de perceber a realidade, um modo de percebê-la espacialmente. O desenvolvimento do pensamento conceitual, que permite uma mudança na relação do sujeito com o mundo, generalizando suas experiências, é papel da escola e das aulas de Geografia.

Neste sentido, a escola como um espaço multicultural que possui diferentes disciplinas escolares, deve pensar em metodologias e procedimentos que possam estar atrelados a cultura dos estudantes, e da própria escola, para então sistematizar os seus conteúdos de forma organizada e pedagógica, como ressalta Cavalcanti (2012, p.45)

A escola é, nessa linha de entendimento, um lugar de encontro de culturas, de saberes, de saberes científicos e de saberes cotidianos, ainda que o seu trabalho tenha como referência básica os saberes científicos. A escola lida com culturas, seja no interior da sala de aula, seja nos demais espaços escolares, e a geografia escolar é uma das mediações pelas quais o encontro e o confronto entre culturas acontecem.

Deste modo, é necessário trazer para o âmbito escolar temas que permeiam a nossa sociedade, que fazem parte do cotidiano dos estudantes, pois o ambiente escolar é rico em reflexões, justamente por possuir uma grande diversidade cultural, e isso possibilita aos estudantes reflexões propositivas, as quais estimulam que os mesmos construam a sua cidadania através da Educação Geográfica, que promove reflexões sobre os comportamentos individuais e coletivos dos educandos.

E o professor, precisa ter um papel assíduo como mediador no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, tendo como principal objetivo instigá-los a construir um senso crítico, seja por intermédio das inovações apresentadas em sala aula, recursos didáticos, e novas metodologias que desperte o interesse dos estudantes nas aulas de Geografia, e ultrapasse com a ideia tradicionalista que os mesmos têm sobre a disciplina de Geografia, por isso, muitas estudantes ficam surpresos quando os assuntos que fazem parte do seu cotidiano são abordados e problematizados em sala de aula.

Na contemporaneidade, busca-se o Ensino de Geografia que desempenhe um papel no processo de construção da cidadania dos estudantes, que ocorre por meio das novas práticas de construção e reconstrução de conhecimentos, o que proporciona a ampliação da visão dos educandos, e os ajuda a compreender o exercício da cidadania através da Geografia Escolar que leva em consideração as experiências vivenciadas pelos mesmos, e que agrega as discussões reflexões sobre as questões espaciais, tendo como referência as vivências de cada um

(CAVALCANTI, 2002).

Portanto, abordar questões que envolve o racismo e as desigualdades raciais dentro do contexto da Educação Geográfica é de suma importância, pois abre caminhos para que os estudantes se expressem e construam uma educação antirracista, e analisem de forma crítica o contexto social que estão inseridos, e além disso, compreendam a forma que o racismo se materializa no espaço geográfico, e a forma que esse fenômeno restringe e segrega as espacialidades da população negra.

2. RELEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Neste capítulo iremos apresentar inicialmente uma contextualização de como se deu o período escravocrata no Brasil, e as suas respectivas consequências para educação brasileira. E mais, a diante, no tópico 2.2 abordaremos os movimentos, percursos e cenário da implementação da lei 10.639/03, assim como ocorre a sua aplicabilidade no ambiente escolar.

2.1. O legado escravocrata na sociedade brasileira e suas respectivas consequências para o sistema educacional.

O período escravocrata implantado no Brasil pela coroa portuguesa foi longo e doloroso, por 388 anos o sistema econômico do país estava ligado ao trabalho escravo, que teve início no século XV com a invasão dos portugueses no território Brasileiro. Esse sistema escravista teve alguns apoiadores, como o próprio sistema jurídico, a igreja, e os latifundiários, que fizeram com que vários povos fossem obrigados a trabalhar de forma forçada, sem levar em consideração as suas liberdades individuais (MACHADO; CAINELLI, 2014).

Neste sentido, (MACHADO; CAINELLI, 2014, p.4) define esse sistema como:

Um sistema de trabalho que não sobrevive apenas da compra e da venda da mão de obra, por livre e espontânea vontade do trabalhador, como acontece no capitalismo, pelo contrário, na escravidão moderna o ser humano se transforma em objeto, propriedade de outro homem e suas vontades, desejos e liberdade são impossibilitadas de serem ouvidas ou realizadas.

No início do processo de colonização a coroa portuguesa em sua fase de expedições exploratórias dos produtos tropicais, direcionaram os seus olhares para a força do trabalho indígena, deste modo, os portugueses atraíam os indígenas com trocas de quinquilharias, e recebiam em troca especiarias e o pau-brasil, principal matéria-prima que deu origem ao primeiro ciclo econômico brasileiro (MACHADO; CAINELLI, 2014).

Além disso, essa prática de trocas ficou conhecida como escambo, sistema que teve como objetivo a troca de bens e serviços que na maioria das vezes só beneficiou a coroa portuguesa, pois foi neste período que se iniciou uma verdadeira caça aos povos indígenas, todos aqueles que se rebelavam contra o sistema imposto eram perseguidos e mortos.

Cabe ressaltar, que antes do domínio das terras brasileiras pela coroa portuguesa, existia aproximadamente 5 milhões de nativos, distribuídos por diferentes etnias, mas após o início do

período colonial, esses povos foram vítimas do processo de etnocídio (FERREIRA; 2016).

Ademais, os indígenas foram infestados por doenças, e mortos quando resistiam ao processo de dominação que se estendeu até o século XX. Cabe salientar, que a população indígena neste período se reduziu drasticamente o que resultou no extermínio de várias etnias. E atualmente a Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI (2022), registrou 900 mil indígenas presente no território brasileiro, tendo como base os dados obtidos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, realizado pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021).

Em meado do século XVI e XIX, foram trazidos ao Brasil por meio de navios negreiros aproximadamente 4,8 milhões de africanos, dentre eles, homens, mulheres e crianças, que foram sequestrados de vários países do continente africano para serem submetidos a condição de escravos (IBGE,2007).

Cabe salientar, que a substituição da mão-de-obra indígena pela a africana se deu devido a inúmeras razões, dentre elas, o declínio da população nativa, e o interesse da coroa portuguesa pelos lucros advindos do comercio de escravizados. Deste modo, os povos africanos foram direcionados a diferentes setores, como a produção do açúcar, agricultura, criação do gado, trabalhos domésticos, ou seja, atividades que demandavam o uso da força braçal. (IBGE, 2007).

Ademais, o período escravocrata gerou o processo de segregação racial que se perpetua até os dias atuais, visto que, os povos escravizados viveram a margem da sociedade e ocuparam posições inferiores no sistema de produção, sendo firmado o padrão determinado pela hierarquia branca, que com o passar do tempo conseguiu acumular riquezas, prestígios e poder na sociedade brasileira. (CAXILÉ, VASCONCELOS, 2018).

Para mais, o Brasil foi o último país a proibir o tráfico negreiro e abolir a escravidão, sendo considerado o maior território escravista do ocidente (GOMES, 2021). Cabe ressaltar, que a suspensão tardia do regime escravista resultou em um legado de desigualdades sociais, exclusões, violências, discriminações, e uma herança altamente racista que foi criada ao longo de três séculos, contra a população afrodescendente.

Cabe salientar, que a abolição só ocorreu devido as inúmeras rebeliões organizadas pelos movimentos negros como forma de resistir ao regime que estava sendo imposto, e a adesão dos políticos que já visavam vantagem com o fim do período escravista, deste modo, a coroa portuguesa não resistiu à pressão e no dia 13 de maio de 1888 a princesa Isabel assinou a lei Áurea, a qual extinguiu o trabalho escravo (CAXILÉ, VASCONCELOS, 2018).

Mas, com o fim do supracitado regime, não houve uma mudança no status da população negra, pois os mesmos foram “libertos” entregues a sociedade sem que houvesse uma

integração a sociedade de classes, como afirma Fernandes (2008, p.29):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o estado, a igreja ou qualquer outra instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho.

Deste modo, os sujeitos libertos tornaram-se responsáveis por si mesmo e seus dependentes, sem receber nenhum suporte financeiro, ou muito menos moradias para que pudessem recomeçar as suas vidas. E a única preocupação da classe branca dominante quando o regime escravocrata foi extinto foi com a lavoura, visto que os escravizados eram os responsáveis pelo trabalho no campo. É importante salientar, que neste período já tinha sido criado projetos voltados para o trabalho livre que visavam regularizar o trabalho nas lavouras, sendo uma alternativa para manter a exploração dos sujeitos que foram submetidos a condição de escravo (FERNANDES, 2008).

Neste sentido, a transformação da organização de trabalho gerou grandes crises ou prosperidades dos engenhos de café, que impactou diretamente na vida dos ex-escravizados, visto que os estabelecimentos que estavam em crise viram a sua situação como uma alternativa de manter os sujeitos em condições de trabalhos análogas à escravidão, e os mesmo não tinham alternativas, pois ou permaneciam nesse sistema de produção, ou passariam a fazer parte da massa de desocupados, ou semi-desocupados e teriam as suas economias degradadas (FERNANDES, 2008).

Já os estabelecimentos com altos níveis de produção conseguiram encontrar um padrão de crescimento econômico que influenciou na organização do trabalho, e mais uma vez os ex-escravizados não conseguiram se beneficiar deste processo, pois neste período houve-se um aumento significativo do exército de reserva, ou seja, a população que foi entregue a sociedade não estava tendo oportunidade no mercado de trabalho, pois estavam importando da Europa mão de obra qualificada (FERNANDES, 2008).

Além disso, a legislação, os poderes públicos e os grandes políticos presentes na sociedade brasileira, estavam cientes da situação cruel e desumana que os negros/as libertos estavam sendo submetidos, e mesmo assim, não apresentaram nenhuma alternativa que objetivassem a ascensão econômica e social dos mesmos (FERNANDES, 2008). E este fator refletiu negativamente no processo histórico-social que prevalecem universalmente na sociedade brasileira. De acordo com Florestan (2008, p. 35):

Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitado sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento livre, do regime republicano e do capitalismo.

E quando partimos para o cenário da educação brasileira, os caminhos não foram tão diferentes, há poucos estudos que mostram a presença dos povos africanos e afrodescendentes na história da educação e em movimentos sociais, que mostrem como a sociedade foi contaminada pelo absolutismo e pela segregação racial (CAXILÉ; VASCONCELOS, 2018). A integração da população negra no sistema educacional não foi fácil, e isso é reflexo da forma que o mundo e especificamente o território brasileiro estabeleceu as suas relações com a população negra em diferentes momentos da história da humanidade.

Em meados do século XIX, o processo de independência do Brasil culminou na criação da primeira constituição brasileira no ano de 1824, o respectivo documento tornou a educação primária um direito de todos cidadãos, e enfatizou no art.6 que todos seriam considerados cidadãos sem nenhuma exceção, porém na prática não foi bem assim, pois algumas províncias brasileiras não aceitaram a presença dos povos negros e indígenas no sistema educacional, e desqualificaram a sua importância para construção da nação (OLIVEIRA, 2022).

Além disso, no ano de 1937 Paulino José de Souza, o então presidente da província do Rio de Janeiro, limitou o acesso da população negra a escola por meio de uma lei complementar a primeira constituição brasileira de 1824, a qual justifica que a limitação do acesso à escola se daria devido as doenças contagiosas que os sujeitos transmitiriam, ou seja, a própria legislação excluía o povo negro do sistema educacional, por acreditar que eram indivíduos inferiores e doentes, por este motivo por um longo período a educação foi restrita a população branca (BARROS;2016).

Cabe salientar, que o território brasileiro sempre manteve a população negra e indígena a margem da educação fornecida no país, e alguns grupos tiveram acesso a essa educação como forma de resistência. De acordo com Oliveira (2022, p. 3)

A referida subalternidade mantém os negros até os dias atuais em uma condição subalterna a despeito dos avanços que se podem constatar nos últimos anos. Historicamente a educação brasileira em seus diferentes momentos, privilegia sempre os filhos dos grupos social e economicamente mais favorecidos, isto é, os brancos. No período colonial a educação é destinada aos grupos dominantes para formar os filhos dos que detêm o poder. Neste período, e mesmo na época imperial que se estende até 1889, ano que é precedido pela abolição formal dos escravizados, os negros, considerados não cidadãos, são proibidos de estudar.

A partir da década de XX se consolidava o ideal de branqueamento da raça que foi influenciado pelas ideias de Hitler, neste sentido a teoria de eugenia ganhou força nas escolas espalhadas pelo mundo. E durante este cenário, no território brasileiro foi criada a escola nova, que assim como as demais escolas possuía obrigatoriamente em sua grade curricular o conteúdo sobre eugenia, ou seja, se disseminava as formas de desaparecimento dos povos negros e indígenas menosprezando a sua existência. Diante da realidade posta, em 1930, a Frente Negra Brasileira (FNB) passa a desempenhar um importante papel político no processo de democratização do acesso da população negra a escola e na luta por um currículo escolar que contemplasse a particularidade e a importância desses povos para construção da nação, buscando reverter a construção de uma educação eurocêntrica que inferiorizava os povos africanos e afro-brasileiros (OLIVEIRA, 2022).

Neste sentido, as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais negros ao longo da história do Brasil mudaram significativamente a realidade imposta a população negra, proporcionando-os a abertura dos espaços educativos os quais por muito tempo os foram negados. De acordo com Gomes (2017, p.26): “O movimento negro nos permitiu interpretar a formação sócio histórica brasileira na perspectiva da população negra, e compreender a sua relação com diáspora africana”, pois desde o século XX o respectivo movimento vem lutando veemente por políticas educacionais que incluam a população negra em um sistema educacional pautado no antirracismo, e com condições de permanência.

A partir das lutas do supracitado movimento, o governo brasileiro reconhece de forma tardia as desigualdades raciais existentes no sistema educacional no final da década de XX, e é implantado um grupo de trabalho interministerial com o objetivo de promover a população negra, e a participação do Brasil na conferência do Durban (OLIVEIRA, 2022).

Cabe ressaltar, que a conferência de Durban, foi organizada pelas Nações Unidas no ano de 2001, com a finalidade de pensar em medidas contra o racismo e a discriminação racial. Foi neste período que o poder público brasileiro aprovou as políticas de ações afirmativas voltadas para população negra, que trouxe mudanças benéficas nos currículos escolares da rede básica e do ensino superior, por meio da implantação da lei 10.639/2003 e a lei de cotas raciais, ampliando o acesso da população negra a educação, e proporcionando aos sujeitos o ensino da história da África e da cultura afro-brasileira (OLIVEIRA, 2022).

Mas, mesmo com os avanços presentes no sistema educacional brasileiro que foram provocados a partir da atuação do movimento negro, que trouxe demandas que exigiu da escola o reconhecimento da diversidade étnico-racial no currículo escolar, ainda há muitas lacunas nos currículos escolares, pois não contemplam de forma detalhada as barbaridades que a

população negra foi submetida no período colonial, ditatorial, e que se perpetua até os dias atuais no Brasil, e as suas respectivas contribuições na construção sócio histórica brasileira, o que resulta em uma má interpretação crítica dos estudantes sobre a realidade racial brasileira e sobre as lutas promovidas pela população negra (GOMES, 2017).

Atualmente, os índices educacionais mostram que os números de negros e pardos na rede básica de ensino e no ensino superior vem aumentando nas últimas décadas, porém há uma disparidade racial quando comparados aos sujeitos brancos, essas diferenças se refletem nos números de evasão escolar, anos de estudos, reprovação e analfabetismo.

Portanto, o período escravocrata deixou como legado para sociedade brasileira o racismo, que se faz presente em todos âmbitos da nossa sociedade, mesmo quando não vemos, e esse fenômeno afetou diretamente a educação brasileira, e por muito tempo impediu que a população negra tivesse a educação, mas com a criação da lei 10.639/2003 e com as políticas de ações afirmativas, novas possibilidades e novos meios para descolonização dos currículos escolares foram sendo efetivados.

2.2. Implementação da lei 10.639/2003: movimentos, cenários e percurso

No dia 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a lei 10.639, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que alterou a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com o objetivo de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade do estudo da História da Cultura Afro-Brasileira e Africana na rede básica de ensino, com as seguintes normas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

A promulgação da respectiva lei é um marco histórico no cenário da educação brasileira que não se deu de um dia para outro, é resultante das incessantes lutas promovidas pelo Movimento Negro do Brasil, que foram iniciadas na década de 40 do século XX, em que o

supracitado movimento reivindicava por políticas públicas de igualdade racial na sociedade brasileira, tendo como principal objetivo assegurar os direitos da população negra, promovendo-as a sua inserção no sistema educacional de ensino (RODRIGUES,2013).

Visto que, ao longo da história do Brasil, em consequência dos mais de 300 anos de escravidão, foi destinado aos pobres e negros uma educação de péssima qualidade que dificultava a permanência dos mesmos nas escolas e o acesso as universidades, o que acabou interferindo na vida cotidiana dos sujeitos, na análise crítica cultural e na construção identitária dos mesmos. (LIMA; FERREIRA,2018).

Deste modo, a história do Brasil que é ensinada nas escolas é reflexo de uma visão eurocêntrica, em que os europeus omitem as contribuições da população negra em diferentes âmbitos da sociedade, e acabam excluindo dos textos bibliográficos a participação de africanos e afrodescendentes na construção intelectual e material do país, e de acordo com Cunha Jr (2006, p.12)

Estes descuidos sistemáticos e propositais levam a uma sub-representação de parte da população na história nacional, produzindo a sistematização das dominações e opressões. A história não é coisa do passado a ser decorada, ela informa e forma quem somos nós no presente e quais papéis que devemos desempenhar na sociedade atual.

Além disso, mesmo com o fim do período escravocrata, os descendentes de africanos herdaram o preconceito, as discriminações, as injustiças sociais e territoriais que foram vivenciadas pelos seus antecedentes, deste modo, a população passa ter acesso a história do seu próprio povo na perspectiva do colonizador em que oculta as diversas vozes e culturas brasileiras, sendo sustentada por discriminações e racismo (CUNHA JÚNIOR, 2006).

Neste sentido, a lei 10.639/2003, é sancionada como uma tentativa de reparar esse grave erro histórico cometido a população negra, que se reflete até os dias atuais, e tendo como objetivo descolonizar o currículo escolar por meio de uma educação étnico-racial voltada para o reconhecimento, a valorização, e a construção da identidade cultural dos povos africanos e afro-brasileiros, garantindo a esta população os seus direitos enquanto cidadãos, e que tenham acesso a história da África de forma integral, pois não há como entender a diversidade étnico-racial e cultural brasileira sem antes compreender a história da África (CUNHA JÚNIOR, 2006).

Para mais, a Geografia enquanto disciplina escolar tem um papel crucial no processo de construção do ideário de raça, e nas discussões referentes as relações étnico-raciais, por se tratar de uma disciplina que segundo Santos e Fernandes (2018, p. 39),

É central na conformação de visões do mundo, e que professa um saber

eminentemente posicional (que informa a posição ocupada pelos sujeitos e com isso também informa as posições tomadas, assumidas pelos sujeitos sociais) isso implica diversas possibilidades de deslocamento.

Nesta compreensão, o Ensino de Geografia orienta os comportamentos individuais e coletivos dos sujeitos para que conheçam as suas respectivas posições no mundo vivido, para que os mesmos se posicionem politicamente no processo de construção e reconstrução do mundo com base nas configurações espaciais, para mais, Santos ressalta (2007, p.27) “Saber Geografia é saber onde você está, conhecer o mundo”, e a partir disso, é possível discutir as formas que a população negra está ocupando os espaços dentro dos territórios urbanos e rurais, tendo uma abordagem fundamentada na Geografia crítica para entender as transformações socioespaciais e os desafios encontrados pela supracitada população.

Atualmente, após 20 anos da implantação da lei 10.639/03 podemos constatar que há avanços em sua aplicabilidade no contexto das discussões que ocorrem no ambiente acadêmico voltadas para o currículo escolar e o eurocentrismo, porém quando se trata da sua efetividade no cotidiano escolar os dados são expressivamente baixos, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Jornal Nacional (2023), 7 a cada 10 Secretarias de Educação, descumprem a lei parcial ou totalmente, e das mais de mil Secretarias de Educação pesquisadas no Brasil, 71% não realizam nenhuma ação voltada para esta temática, e apenas 20% tem programas estruturados (JORNAL NACIONAL, 2023).

Diante disso, é preciso intensificar as lutas em prol de uma educação antirracista, para que o foco eurocêntrico o qual é alicerçado a educação brasileira seja eliminado, pois ainda há muitas dificuldades por partes dos educadores em inserir pautas étnico-raciais nas aulas, muitas vezes essas dificuldades estão relacionadas aos preconceitos estabelecidos por parte de alguns profissionais em abordar a história da África e a cultura afro-brasileira, ou pela ausência de conteúdos didáticos para abordar os conteúdos.

3. ATIVIDADES ENVOLVENDO RACISMO E O PRECONCEITO NAS AULAS DE GEOGRAFIA

Este capítulo apresenta e discute os resultados obtidos através das atividades desenvolvidas ao longo do Estágio Supervisionado IV em Geografia realizado em uma escola estadual da cidade Maceió/AL. Assim sendo, expomos as três atividades, a saber: dinâmica da autoidentificação com espelho, atividade com reportagens e, exercício com charges.

As discussões acerca da diversidade étnica no espaço escolar têm gerado debates em nível nacional e internacional, mas no que se refere ao território brasileiro as discussões sobre a referente temática é permeada de um pensamento eurocêntrico, sendo assim, preconceituoso (RAMÍREZ; SILVA, 2019).

No que diz respeito a dinâmica intitulada “Autoidentificação com espelho”, esta foi aplicada com 26 estudantes do 3º ano do Ensino Médio nas aulas de Geografia, tendo como objetivo a reflexão dos mesmos ao olharem para si mesmo por meio do espelho e se identificassem levando em consideração a cor da pele e a sua origem.

No início da aula discutimos o texto, e a partir daí, organizamos os estudantes para realização da atividade individual, sendo distribuído aos mesmos espelhos para que respondessem à pergunta “Ao se olhar no espelho, como você se identifica? ”, a respectiva atividade durou aproximadamente 25 minutos, e cabe salientar, que os estudantes tiveram muitas dúvidas e incerteza para sua execução, visto que muitos não sabiam como se autoidentificar.

Na referida atividade utilizamos slides (figura 1) sobre a formação do povo brasileiro, tendo como referencial teórico o livro “O povo Brasileiro a formação e o sentido do Brasil” cujo autor é Darcy Ribeiro. Logo de início para fomentar as discussões sobre a respectiva temática os estudantes foram questionados da seguinte forma “Vocês já olharam o álbum de fotografia da sua família? Perceberam algo diferente?”, houve uma grande participação dos mesmos, mas muitos não conseguiram relacionar a diversidade existente entre os membros da família com o processo de formação do povo brasileiro.

Deste modo, ao longo de 25 minutos foi apresentado aos estudantes que o entrelaçamento e a mistura dos invasores portugueses com os indígenas e negros africanos que foram submetidos a condição de escravos deram origem a diferentes matrizes étnicas, que compõem a identidade do povo brasileiro.

E as matrizes étnicas indígena, portuguesa, e africana possuíam diferentes tradições culturais, que influenciaram na diversidade cultural existente no Brasil, e em seguida foi dado

ênfase para a matriz africana que influenciou em diversos aspectos da cultura brasileira, como a língua, a dança, a culinária e a religião.

Figura 1: Slides apresentados na aula expositiva e dialogada



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Ademais, destacam-se os registros fotográficos (figura 2) da execução da dinâmica “Autoidentificação com espelho”.

Figura 2: Dinâmica da autoidentificação com espelho



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

A partir dessa atividade, os estudantes foram convidados a refletir sobre a diversidade étnico racial da população brasileira a partir das experiências vivenciadas no âmbito escolar. Deste modo, destaco a seguir, no quadro 1, a pergunta feita aos estudantes e as suas respectivas respostas mediante a atividade aplicada, em que os mesmos foram provocados a refletir sobre a que grupo étnico racial os mesmos pertencem.

Quadro 1: Dinâmica da autoidentificação

Ao se olhar no espelho, como você se identifica?¹			
Grupo A: estudantes autodeclarados pretos	Grupo B: estudantes autodeclarados pardos	Grupo C: estudantes autodeclarados brancos	Grupo D: estudantes sem autoidentificação
E1. Preta, meu cabelo é liso, sou descendente de indígena, alta, e magra.	E6. Sou pardo, tenho cabelos cacheados, minha origem é indígena e sou baixa.	E11. Cicatrizes, cor branca, cabelo castanho escuro, cabelo ondulado.	E15. Eu me chamo “Lara ² ” eu não sei identificar a minha cor, não sei minha origem sou baixa, gordinha, meu cabelo natural é cacheado, mas uso celagem.
E2. Sou negro de origem africana, tenho o cabelo ondulado e bem fininho, estatura média e magro.	E7. Me considero pardo, tenho cabelos cacheados, um sorriso lindo, sou magro e lindo.	E12. Eu me vejo como uma pessoa branca de cabelo preto liso e descendo de indígena.	
E3. Eu me identifico uma pessoa negra com cabelo cacheado e curto, sou magra, baixinha vim de uma família de negros. Tenho a boca um pouco carnuda tenho olhos castanho claro tenho um sinal no olho. Eu mim acho linda!	E8. Uma garota parda, dos olhos pouco puxados, castanhos, com cabelo cacheado curto, castanhos, e moreno iluminado, da descendência indígena, com 1,58 m de altura, lábios pouco marcantes, com estilo de usar roupas mais largas.	E13. Sou branca, me considero indígena, tenho 17 anos. Não gosto do meu cabelo depois do corte ficou ondulado, sou de altura média, tenho olhos puxados e cabelo originalmente pretos, porém no momento eles estão loiros, meus olhos são castanhos.	
E4. Eu me considero uma pessoa negra, com os cabelos cacheados.	E9. Eu me considero parda, tenho traços europeus e descendente indígena cabelo liso.	E14. Sou branca tenho cabelo cacheado sou pequena.	
E5. Sou negro de origem africana, tenho o cabelo ondulado, sou baixo e gosto de me vestir bem.	E10. Pardo de cabelo cacheado com os olhos marrom tenho aparência de um mestiço europeu e africano.		

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. da. (2023).

As respostas do quadro 1, demonstra a dificuldade que os estudantes possuem de se autoidentificar em que grupo étnico racial os mesmos pertencem. Os brasileiros não conseguem se ver como miscigenado, mesmo tendo uma noção dos seus fenótipos dominantes, os mesmos até associam o outro como negro, indígena, descendente de africano, mas não se autoidentificam com essa ascendência, mesmo sendo conhecedores da formação do povo

¹ As respostas estão conforme os alunos/as responderam

² Nome fictício

brasileiro e das matrizes predominantes no Brasil (HEES; RAMÍREZ,2021).

Como podemos observar, no grupo A, os estudantes se autoidentificaram como negros, apresentaram seus fenótipos, como o tipo de cabelo, a altura, o peso e dentre outras características, mas o que chama atenção é que apenas alguns estudantes associam a sua origem a duas das três matrizes brasileiras, indígena e africana, a saber o E1, associa a sua ascendência a matriz indígena, enquanto E2 e E5 a matriz africana, e o E3 e E4, não se associam a nenhuma das matrizes salientadas.

Os estudantes possuem uma grande dificuldade de se identificar racialmente devido a construção sócio-histórica brasileira, que conseqüentemente tornou invisível o legado da população negra, reduzindo-os apenas ao período escravista, deste modo, a escola e a maioria dos materiais didáticos mostram a vida, os personagens da história do povo negro, de forma inferiorizada e negativa, o que resulta na construção de estereótipos, discriminações e preconceitos (MACEDO, 2015).

Além disso, devido à ausência e/ou pouca difusão de materiais com conteúdo positivos referente o legado da população negra, os estudantes não possuem uma referência identitária a que possam se associar, e este fator acaba dificultando a construção da sua própria identidade étnica, e a valorização da cultura afrodescendente (MACEDO, 2015). Como podemos observar, apenas E3, consegue demonstrar que se sente bem com as suas características raciais, os demais não descrevem nada a respeito.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), 56,10% dos brasileiros se autodeclararam negros, destes 47% se autodeclarados pardos, e 9,1% autodeclarados pretos, isso equivale a 19,2 milhões de indivíduos, e esses números tendem aumentar com os próximos censos, ou seja, tem aumentado significativamente o número de indivíduos que se autodeclararam negros (IBGE, 2021).

Esse cenário é reflexo das ações promovidas pelo movimento negro, que são os principais atores políticos que vem lutando veemente desde o século XX por políticas públicas inclusivas para população negra. Neste sentido, as conquistas do movimento negro estão marcando a história social, política e educacional do Brasil, e concomitantemente contribuindo para que os sujeitos se afirmem como negros e comecem a ocupar os espaços de poder que antes eram negados a esta população (GOMES, 2017).

No grupo B, estão os estudantes autodeclarados pardos, e seguem a mesma lógica do grupo A, no qual apresentaram seus fenótipos e em seguida se associaram as matrizes indígena e europeia, neste momento é possível observar que E6, E8 e E9 associaram-se a matriz indígena.

Para mais, existe uma grande resistência por parte da população brasileira em se autodeclarar indígena, há aproximadamente 900 mil indígenas espalhados pelo Brasil entre as áreas urbanas e rurais, o que corresponde a 0,5% da população total, ou seja, um percentual bem pequeno comparado a quantidade total dos povos indígenas presentes no território Brasileiro (IBGE, 2010)

Deste modo, para incentivar a população no reconhecimento das suas origens foi lançado uma campanha voltada para os povos indígenas intitulada como “Não sou pardo, sou indígena” para que os povos nativos que vivem em diferentes áreas participassem do censo de 2022 e se autodeclarassem como indígena, visto que na percepção de ativistas indígenas a autodeclaração como pardo é uma forma de invisibilizar a identidade indígena (MENDES, 2010).

Ainda no que se refere ao grupo B, destaca-se E9, associando a sua origem a matriz europeia, e o E10 utilizando a expressão “Mestiço europeu e africano”, o termo mestiço foi empregado no período colonial como um termo extremamente pejorativo, o qual segundo Quadrado (2014, p.2)

Tinha-se a concepção da negatividade da presença negra para a constituição da identidade nacional, para isso tem se a uma nova categoria étnica para o país: o mestiço. No senso comum mestiço significa a mistura, mais especificamente entre brancos, índios e negros, mas há uma maior complexibilidade, envolve questões históricas, políticas e ideológicas, menosprezando as diferenças nestes âmbitos.

É desta forma que o negro é “integrado” a sociedade brasileira para construção da sua própria identidade, tendo que negar a sua origem, e a sua própria cultura, como o samba, as religiões, a capoeira, e dentre outras manifestações culturais por ser associado a algo negativo (QUADRADO, 2014).

Definir quem é negro no Brasil não é algo tão simples quanto parece, vivemos em um país que desenvolveu e desejou a cultura do branqueamento. Neste sentido, existem pessoas negras que adquiriram esse ideal para si, e não se reconhecem como negras, portanto, a construção de uma identidade negra é um processo muito doloroso (MUNANGA, 2004). Os estudantes do grupo B, se ativeram as características físicas, sem levar em consideração as suas características raciais

No grupo C, temos os estudantes que se identificaram como brancos, ao analisar esse grupo é perceptível que o E11 e E14 apresentam características físicas sem se associar a nenhuma matriz brasileira, e o E12 e E13 associam a sua origem a matriz indígena. Mas, nos

atentamos a resposta do E13:

Sou branca, me considero indígena, tenho 17 anos. Não gosto do meu cabelo depois do corte ficou ondulado, sou de altura média, tenho olhos puxados e cabelo originalmente pretos, porém, no momento eles estão loiros, meus olhos são castanhos.

A estudante demonstra inconformismo com o seu cabelo, e isso é resultante dos padrões estéticos eurocentrados, que foram estabelecidos em um contexto de racismo para regular a beleza dos corpos em nossa sociedade (GOMES, 2017). De acordo com Sousa (2008, p.118)

No imaginário popular, o cabelo é uma linguagem que ajuda a decifrar o lugar social dos sujeitos, e, portanto, de sua vulnerabilidade à discriminação. O desejo manifesto pelos negros em disfarçar-lo ou negá-lo, das mais variadas formas, representa uma tentativa de camuflar o pertencimento étnico-racial, encobrendo dificuldades e dilemas pessoais de auto-aceitação e convivência com a discriminação.

Por isso, é comum notar esses conflitos por parte dos sujeitos que compõe a sociedade brasileira, que em uma atitude angustiante faz o uso de alguns recursos como perucas, passam chapinha nos cabelos, numa tentativa de esconder as suas raízes étnico-raciais, que acabam se produzindo em um contexto totalmente discriminatório e excludente o qual desqualifica a negritude. Ademais, é de suma importância os fenótipos no processo de autoidentificação racial, baseados na cor da pele, e no cabelo crespo, que são característicos das raízes africanas (SOUSA, 2008).

Além disso, a cultura de branqueamento instalada no território brasileiro intensifica esses comportamentos de rejeição dos seus próprios fenótipos, e faz com que os sujeitos sigam estereótipos criados pela população branca que desqualifica a estética negra, por isso é comum escutar supracitado relatos, em que os mesmos desenvolvem um comportamento de rejeição e exclusão das suas características, sendo provocados a realizar mudanças violentas e traumáticas, como cirurgias plásticas, alisamentos e outros recursos que possibilitam ir de encontro com a branquitude (QUADRADO, 2014).

O mesmo ocorre com o grupo D, os estudantes que não conseguem se autoidentificar, conforme relata a estudante: “Eu me chamo Lara, eu não sei identificar a minha cor, não sei minha origem, sou baixa, gordinha, meu cabelo natural é cacheado, mas uso selagem”, fica nítido que a mesma possui dificuldade de se identificar assim como os demais brasileiros, e essa dificuldade atrapalha o processo de construção da identidade racial dos indivíduos, culminando na não aceitação das suas raízes, e sua próprio auto rejeição. A respeito disso,

Quadrado (2014, p.9) salienta

Esta concepção, para negros e negras no Brasil, cria consequências violentas, como resultado da busca de um maior branqueamento possível, o que atinge, marcadamente, a estética do corpo negro sobre rejeição do mesmo, constantes na tentativa de uma aceitabilidade e inclusão. Além disso, há um conflito vivido pelo próprio mulato, uma indefinição cultural e originária, em que a identificação se torna confusa. Um meio termo, que não se encaixa em nenhum lugar.

Ademais, é importante enquanto professores instigar os estudantes para que deem início a construção da sua identidade nacional, como ressalta Munanga (1999, p.14) os mesmos precisam se questionar “Quem somos nós?; De onde viemos e aonde vamos?; Qual é a nossa posição na sociedade?; Qual é a posição deles na sociedade? ”. São questionamentos essenciais para que os indivíduos construam a sua própria identidade, e passem a valorizar a estética e sua própria cultura.

Em relação a atividade envolvendo reportagens, inicialmente tivemos uma discussão teórica acerca do conteúdo sobre as políticas de ações afirmativas, em que foi apresentado aos estudantes uma charge mostrando que vivemos em uma sociedade que não é igualitária, e em seguida, os mesmos foram questionados se já ouviram falar das respectivas políticas, e uma grande parte dos estudantes nem sabiam do que se tratava. Deste modo, foi apresentado aos mesmos que as ações afirmativas, GUARNIERI e SILVA (2007, p. 70) as define como:

Medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação– por parte da população em geral. O principal objetivo destas medidas consiste em promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios. No Brasil as ações afirmativas são representadas essencialmente enquanto programas de cotas, isto é, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão (étnicos, raciais, sexuais, entre outros) por meio da reserva de vagas.

Por isso, é importante que os estudantes compreendam a historicidade do processo civilizatório dos povos indígenas e africanos, para compreender o presente, e o surgimento das políticas de ações afirmativas direcionadas a esses povos (GUARNIERI; SILVA, 2007). Cabe salientar, que antes da aplicação da atividade foi feito uma aula expositiva e dialogada sobre as ações afirmativas, discussões que de início trouxe significativos impactos nos mesmos, visto que muitos desconheciam a temática.

Em seguida, explicamos a respectiva atividade para os estudantes, a qual solicitava que os mesmos se dividissem em grupos de 5 ou 4 componentes, sendo assim, cada grupo ficou

responsável por uma reportagem e tiveram que responder os seguintes questionamento: 1-Como você se sentiria em uma situação como essa?; 2- O que você faria se isso ocorresse com você?; 3- Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer?

Cabe ressaltar, que é de suma importância que os professores/as tragam essas discussões para o ambiente escolar, pois o surgimento das ações afirmativa está atrelado as consequências do processo soció-historico brasileiro.

Figura 3: Slides apresentados na aula expositiva e dialogada



Fonte: Pesquisa Direta,2023.

Para mais, destacam-se os registros fotográficos (figura 4) da realização da atividade com reportagens.

Figura 4: Atividade com reportagens



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

O Grupo 1 ficou responsável pela reportagem a qual salienta: “Moise foi espancado enquanto clientes compravam refrigerante e testemunha afirma que agressores disseram para ‘não olhar’”. Como mostra a (figura 4), a situação supracitada ocorreu no estado do Rio de

Janeiro no dia 24 de Janeiro de 2022, quando o Congolês Moise foi ao quiosque Tropicália onde trabalhava para cobrar pelos dias de trabalhos não pagos. E de acordo com o relato dos seus familiares, Moise foi amarrado e espancado até a morte com um taco de beisebol, e no Instituto Médico Legal- IML, teve seus órgãos retirados sem a autorização dos mesmos (G1 RIO DE JANEIRO, 2022).

Figura 5: Caso Moise



Fonte: G1 Rio de Janeiro (2022)

A pergunta aplicada aos estudantes do grupo 1: Como você se sentiria em uma situação como essa? Relacionada a reportagem acima, teve a seguinte resposta: “Acionaria a polícia, e caso pudesse intervir ajudaria e buscaria outras pessoas para me ajudar”. Diante do exposto, entende-se que os estudantes têm consciência da violência que está ocorrendo e tomariam alguma atitude como está explícito na resposta, e essa tomada de consciência possui uma extrema relevância, visto que os casos de racismo no Brasil têm sido cada vez mais frequentes, e conforme Cunha Jr. (2006, p.6)

O racismo brasileiro utiliza o critério étnico para definir as possibilidades de representação dos afrodescendentes na sociedade. Vai muito além da cor da pele. Traduz uma inferiorização pela cultura e pelas possibilidades de aquisição de bens materiais. O sistema onde as participações existem, mas submissas a dominação eurocêntrica.

Neste sentido, o racismo é um sistema de dominação violento que causa exclusões dos grupos minoritários, devido a classe, a etnia, o gênero, e a localidade que esses indivíduos pertencem. E os imigrantes africanos não tem sido imune a esse sistema de dominação que foi estabelecido por parte da imposição hegemônica ocidental ao chegar no território brasileiro (CUNHA JÚNIOR, 2006).

Cabe ressaltar, que o Brasil é um país que foi constituído por diferentes correntes migratórias desde 1500, a princípio tivemos os imigrantes europeus, e logo depois os imigrantes africanos que vieram de forma forçada, e por fim os asiáticos que vieram com intuito de

comercializar, mas os únicos que foram e ainda são vistos de forma errônea são os imigrantes africanos (AXEL, 2017).

O caso de Moise não foi uma situação isolada, muitos imigrantes africanos chegam ao Brasil com intuito de encontrar cidadãos hospitaleiro e com pouco racismo, visto que vivemos em um país que possui a maior população de negros após a Nigéria, mas a realidade é totalmente distinta do imaginário desses sujeitos, pois uma grande parte da população brasileira que é hospitaleira também é altamente racista. E os mesmos tendem a passar por crimes de racismo, atitudes xenofóbicas, casos de intolerância religiosa, e dentre outras situações que colocam em risco a integridade dos mesmos e podem leva-los a morte, como o caso de Moise (FARAH, 2017).

No que se refere a segunda pergunta destinada ao grupo 1: O que você faria se isso ocorresse com você? Obtivemos a referida resposta: “Tentaria me defender e pedir ajuda”. Levando em consideração a resposta dos mesmos, acredita-se que reagiriam a situação pedindo ajuda ou se defendendo, não fica claro a forma em que se defenderiam, mas isso mostra que não seriam paralisados pelo medo.

Em relação a terceira pergunta direcionada aos estudantes do grupo 1: Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer? Verificou-se a seguinte resposta: “Aumento da segurança e leis mais eficazes”. Os mesmos percebem que há uma ineficiência das leis existentes, o que não garante a segurança dos sujeitos vítimas de racismo, neste sentido se faz necessário a fiscalização das leis para que crimes como esse não voltem a ocorrer. As respectivas respostas mostram que os estudantes tomariam atitudes coerentes e tem consciência do que precisa ser feito para que situações com essas não voltem a ocorrer, visto que em muitos casos assim como o explicito na reportagem muitos brasileiros apenas assistem à situação e não apresentam reação alguma, como se houvesse uma normalização da violência contra os afrodescendentes.

Portanto, é de extrema relevância que temas como esses sejam debatidos no âmbito escolar, para que os estudantes não cometam esse tipo de crime, e saibam o que fazer quando passar por crimes de xenofobia, racismo, e intolerância religiosa. Pois existe leis para enquadrar os sujeitos que destilam ódio em nossa sociedade, mas a maior parte do tempo não são efetivadas e nem fiscalizadas, e constantemente a população negra tem seus direitos violados, sejam eles brasileiros ou imigrantes africanos. Para mais, essas ações educativas criam possibilidades para que os estudantes possam se desconstruir, principalmente quando se trata da visão limitada do conhecimento geográfico que os mesmos possuem sobre o continente africano.

O Grupo 2 ficou responsável pela reportagem a qual ressalta: “Ataque de garimpeiros

mata Yanomami e fere outros em Roraima”. A (figura 4) evidencia o caso que ocorreu em Roraima no dia 29 de abril na Terra Indígena Yanomani. O ataque dos garimpeiros ilegais a Terra Yanomami deixou três feridos, Ilson de 36 anos levou um tiro na cabeça e não resistiu, e os outros dois homens um de 24 anos e o outro 31, foram baleados no abdome e encaminhados para um hospital do estado (BRASIL DE FATO, 2023).

Figura 6: Ataque aos povos Yanomami



Fonte: Brasil de fato (2023)

A pergunta aplicada aos estudantes do grupo 2: Como você se sentiria em uma situação como essa? Em relação a reportagem acima, teve a seguinte resposta “Nos sentiríamos indignados e oprimidos, por não saber o que fazer naquele momento, e nem a quem recorrer e confiar verdadeiramente”. Diante do exposto, entende-se que os estudantes não saberiam o que fazer e quem confiar, essa realidade é semelhante ao que ocorre cotidianamente na vida dos povos indígenas, visto que muitos são perseguidos devido a posse da terra, e a mineração que ocorre de forma ilegal nos espaços habitados pelos mesmos.

Neste sentido, em quem confiar em uma situação como essa? Não há muitas alternativas, esses povos devem confiar na justiça brasileira, mesmo que em muitos casos ela se faça omissa perante a realidade atual dos indígenas, e que dentro do próprio senado tramita projetos de leis que vão contra ao direito dos mesmos, como por exemplo, o projeto marco temporal de lei de nº 2903, de 2023, que tem como objetivo a demarcação das terras indígenas.

Além disso, desde o período colonial quando os Europeus invadiram o território brasileiro, os povos indígenas são perseguidos, expropriados de suas terras e mortos, como o caso explícito que ocorre na atualidade, o que torna imensurável a dívida histórica que o Estado brasileiro tem com esses povos que vem resistindo diariamente ao longo dos séculos (JUZINSKAS; AYRES, 2019).

Em relação a segunda pergunta destinada ao grupo 2: O que você faria se isso ocorresse

com você? Obtivemos a seguinte resposta: “Não conseguiria responder por mim mesmo, pois minhas emoções estariam alteradas”. Levando em consideração a resposta dos estudantes deve-se destacar que muitos sujeitos também possuem as mesmas sensações diante das injustas que ocorrem em nosso dia-a-dia, principalmente quando os números referentes a violência étnica contra os povos indígenas têm aumentado significativamente ao longo dos anos.

De acordo com o atlas da violência (2021, p.83), no ano de 2019 foram assassinados 2.074 indígenas, e foram registradas 256 invasões possessórias, explorações ilegais dos recursos e inúmeros danos ao patrimônio, que ocorreram em aproximadamente 151 terras indígenas e que eram compostas por 143 povos de diferentes etnias. Por isso, se faz necessária a busca por direitos e justiça.

No que se refere a terceira pergunta direcionada ao grupo 2: Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer? Verificou-se a seguinte resposta sobre a reportagem acima: “Fazer companhias para passar o conhecimento para sociedade sobre o assunto, fazer protestos, recorrer à justiça em busca dos direitos”. Levando em consideração as respostas dos mesmos, é possível afirmar que os povos indígenas estão lutando veemente desde a chegada dos invasores europeus, deste modo, no XIX quando as políticas indigenistas iam sendo estabelecidas, os povos indígenas se aproveitaram dos conhecimentos que havia sido desenvolvido, a escrita e a leitura, para fazer suas reivindicações, e desde os dias atuais continuam protestando e resistindo as políticas que colocam em risco a sua existência (CRUZ, 2017).

Portanto, falar sobre temáticas que envolvem a questão indígena, proporciona aos estudantes a construção de novos saberes que os permitem sair do senso comum para o senso crítico, que contribuirá efetivamente para o seu desenvolvimento como cidadão, e na construção da sua identidade, visto que na maioria das vezes essas discussões são omitidas no ambiente escolar, e os estudantes acabam não se enxergando como parte desse processo. Para mais, os estudantes precisam compreender que a luta em prol das questões indígenas, é uma luta de todos, e não devemos aceitar que jovens que pertencem a etnia Yanomami e outras etnias tenham suas vidas ceifadas por conta da exploração irregular dos recursos minerais (CRUZ, 2017).

O Grupo 3 ficou responsável pela reportagem a qual salienta: “Passageira negra é retirada a força de voo por se negar a despachar laptop; Gol alega ‘medida de segurança’ “. A respectiva situação é evidenciada na (figura 5), a professora de inglês e cientista social Samantha Barbosa foi obrigada a se retirar do voo 1575 da Gol, que sairia de Salvador para Congonhas, no estado São de São Paulo, por ter se recusado a despachar a sua mochila que continha um laptop por não haver espaço na aeronave (REVISTA MARIE CLAIRE, 2023).

Figura 7: Passageira negra é retirada a força do voo



Fonte: Revista Marie Claire (2023)

A pergunta aplicada aos estudantes do grupo 3: Como você se sentiria em uma situação como essa? Relacionada a reportagem acima, teve a seguinte resposta: “Acuada, constrangida, injustiçada, indefesa”. A respectiva resposta dos mesmos, é bem comum aos nossos ouvidos, visto que muitos brasileiros ao serem vítimas do crime de racismo não sabem como reagir, mesmo que tenham noção do que esteja acontecendo muitas vezes preferem omitir o ocorrido por não saber o que fazer e a quem procurar.

E situações como essas precisam ser melhor trabalhadas, seja na escola no ambiente acadêmico, e dentre outras repartições, pois é normal se sentir constrangida, porque dificilmente imaginamos que podemos ser submetidos a esse tipo de situação, mas nesses casos é preciso saber o que fazer. Além disso, o supracitado comportamento está intrinsicamente ligado a ausência de um letramento racial crítico que viabilize uma educação antirracista, pois a educação antirracista surgiu com a necessidade de abranger as situações de racismo que ocorre diariamente em nossa sociedade, contribuindo para que os mesmos estejam preparados para intervir e repudiar qualquer atitude discriminatória e preconceituosa no espaço escolar e em nossa sociedade (SANTOS; SANTOS; KADRI, 2021).

No que se refere a segunda pergunta feita ao grupo 3: O que você faria se isso ocorresse com você? Verificou-se a seguinte resposta: “Ficaria sem reação, muito irritado”. A respectiva resposta, é semelhante com a resposta anterior em que os mesmos não saberiam o que fazer, e além disso ficar irritado não basta, é preciso saber o que fazer. Pois os crimes de racismo contra a população negra no Brasil são bem recorrentes, e quando é feito um recorte de raça e gênero esses números tendem a aumentar ainda mais.

De acordo com o atlas da violência disponibilizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicado – IPEA (2021, p.36), no ano de 2019 foram assassinadas 3.737 mulheres em razão do seu gênero. E essa realidade é ainda mais gritante quando nos deparamos com os dados referentes as mulheres negras, sendo registrado no ano supracitado que 66% das mulheres assassinadas no Brasil foram mulheres negras, ou seja, a taxa de mortalidade das mulheres

negras é 65,8% superior à de não negras.

Vale destacar, que o estado de Alagoas representa um dos maiores riscos de vitimização letal das mulheres negras, visto que todas as mulheres vítimas de homicídio em 2019, sem levar em consideração uma das vítimas sem identificação de cor/raça, eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 39). Além disso, essas mulheres são expostas a vários tipos de violência, dentre eles, problemas familiares, intolerância religiosa e inúmeros preconceitos que deixam a mulher negra em maior situação de vulnerabilidade social.

Em relação a terceira pergunta ao grupo 3: Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer? Obtivemos a seguinte resposta: “Corremos atrás dos nossos direitos, ter conhecimento dos nossos direitos para nos impor a tais atitudes”. A supracitada resposta deixa explícito a importância de conhecer seus próprios direitos para saber a quem procurar e ao mesmo tempo não permitir que crimes racistas voltem a ocorrer.

Cabe salientar, que os estudantes precisam conhecer os seus direitos, e a escola como um espaço de aprendizagem deve trazer essas discussões, para que os mesmos saibam como se defender, e compreendam que o racismo se manifesta de inúmeras formas, pois ele está estruturalmente enraizado em nossa sociedade.

O Grupo 4 ficou responsável pela reportagem a qual evidencia: “Quem é a jogadora de vôlei que chicoteou motoboy e mordeu perna de uma entregadora no Rio”. Na (figura 6) podemos observar imagens de um vídeo que circula nas redes sociais e no noticiário do dia 9 de abril de 2023, o qual uma mulher branca aparece chicoteando um homem negro utilizando a coleira de seu cachorro como uma espécie de chicote. A respectiva cena gerou bastantes impactos, e o sujeito que sofreu agressões foi identificado como o motoboy Max Angelo dos Santos que teve suas costas marcadas pelas chicotadas.

Figura 8: Motoboy é agredido



Fonte: Brasil de fato (2023)

A pergunta aplicada aos estudantes do grupo 4: Como você se sentiria em uma situação como essa? Relacionada a reportagem acima, obteve-se a seguinte resposta: “Muito desconfortável, com medo e com muito trauma e medo de sair na rua e conversar com as pessoas”. Diante do exposto, entende-se que os estudantes se sentiriam desconfortáveis e com medo, e além disso, cabe evidenciar que os mesmos trazem questões que muitas vezes passam despercebidas quando um sujeito é vítima de racismo, que são os traumas físicos e psicológicos que este crime causa.

Cabe salientar, que o racismo se apresenta na sociedade brasileira com suas multifacetadas que geram experiências traumáticas, e afetam significativamente a saúde da população negra em níveis incalculáveis, visto que a respectiva população está mais suscetível a doenças físicas e mentais devido as variadas experiências traumáticas que foram submetidos desde o Brasil colônia (MATA; PELISOLI, 2016). E esses traumas em sua maioria resulta em doenças psicológicas, que acaba contribuindo para perda de autoestima dos sujeitos, e interfere no processo de construção identitária dos mesmos.

No que se refere a segunda pergunta feita ao grupo 4: O que você faria se isso ocorresse com você? Verificou-se a seguinte resposta: “Chamava a polícia e procurava meus direitos e iria em busca de justiça para ela não fazer com o próximo o que ela já fez comigo”. Fica evidente que os estudantes demonstram segurança e consciência do que precisa ser feito, mesmo com o sentimento de medo sentem-se motivados a denunciar, e possui um sentimento de justiça para que crimes como esses não volte a ocorrer.

Cabe ressaltar, que no ano de 2019, os negros que correspondem ao grupo de pretos e pardos estabelecidos pelo IBGE, representam 77% das vítimas de homicídio, ou seja, os números são gritantes, e deixa ligado o alerta que as chances de os negros serem assassinados é muito maior que as dos não negros (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021). E esses números só aumentam de acordo com o índice de desigualdades sociais das regiões brasileiras, como o caso das regiões Norte e Nordeste do país.

Para mais, destacamos mais uma vez o estado de Alagoas, que possui o maior índice de violência letal contra os negros, devido a reprodução dos estereótipos raciais estabelecidos pelo sistema de justiça criminal, fazendo com que a população negra se torne o principal alvo da violência policial. Deste modo, com exceção dos estados de Roraima e Paraná, os negros possuem mais chances de serem mortos que os não negros (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021).

Em relação a terceira pergunta feita ao grupo 4: Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer? Verificou-se a seguinte resposta: “Metia processo e colocava ela na cadeia pra ela não fazer com os outros”. É possível evidenciar que

os estudantes respondem à pergunta de forma clara e consciente, e de fato, os sujeitos que cometem crimes de racismo devem ser processados e presos, mas será que na prática ocorre assim? De acordo com Ströher e Meinerz (2022, p.90) “A premissa da superioridade permite que crimes sejam perdoados ou esquecidos, sem necessidade de penalização ou ressarcimento, mesmo que de forma tardia”, ou seja, o privilégio branco faz com que muitos crimes de racismo no Brasil, se tornem impunes.

Ademais, o próprio enunciado da matéria deixa explícito o privilégio branco quando traz “Quem é a ex-jogadora de vôlei que chicoteou motoboy e mordeu perna de uma entregadora”, fica subtendido que é mais importante conhece-la que a enxergar como uma racista, o correto seria “Conheça a criminoso racista que acometeu mais vítima”.

Por isso, a escola como um ambiente multicultural precisa debater com os estudantes negros e não negros essas questões, para que juntos tornem-se cidadãos antirracistas, pois, situações como estas tem sido cada vez mais recorrente. Portanto, os sujeitos precisam estar preparados para reivindicar os seus direitos que constantemente tem sido violado, e construir um olhar crítico acerca dessas situações.

O Grupo 5 ficou responsável pela reportagem a qual demonstra: “ Justiça condena alunas da UFAL que fraudaram sistema de cotas raciais para cursar medicina e psicologia”. A (figura 7) deixa evidente o tema da matéria, cujo a justiça Federal de Alagoas condenou as duas estudantes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) pagarem 10 mil reais cada, por fraudar o sistema de cotas destinados a pessoas negras para ingressar nos cursos de psicologia e medicina no ano de 2018, mas permanecerão no curso (G1 ALAGOAS, 2022).

Figura 9: Fraude nas cotas raciais



Fonte: G1 Alagoas

A pergunta aplicada aos estudantes do grupo 5: Como você se sentiria em uma situação como essa? Relacionada a reportagem acima, teve a seguinte resposta: “Eu me sentiria totalmente constrangida e sem noção”. Acredita-se que os estudantes não tenham noção do que fazer mediante a essas situações, porque são crimes poucos divulgados e cometidos por pessoas

que possuem o privilégio branco, como o caso das duas alunas que fraudaram o sistema de cotas raciais para ingressar no curso de medicina e psicologia da Universidade Federal de Alagoas-UFAL, e foram condenadas a pagar 10 mil reais, mas continuarão a gozar dos seus direitos em liberdade e terminarão o curso o qual ingressaram por meio de fraude, será que essa decisão foi coerente? Diante de toda a luta do movimento negro e das inúmeras pessoas que morreram em busca de justiça social, pois bem, aqui fica o questionamento.

Cabe salientar, que o sistema de cotas raciais faz parte das políticas focais que tem como objetivo incluir os grupos étnicos- raciais que são vítimas de discriminação, intolerância religiosa, de gênero, e outras formas de violências em nossa sociedade, a respectiva política de ações afirmativas também surge como uma forma de reparação histórica por tudo que a população negra foi submetida no período escravocrata.

E além disso, as políticas de ações afirmativas foi fruto das lutas do movimento negro que escancarou para as universidades, órgãos governamentais e para o mistério da educação as desigualdades raciais existentes em nosso país, e após anos de luta o sistema de cotas foi implantado nas universidades públicas. De acordo com Gomes (2017, p.116) “As ações afirmativas e as cotas raciais no Brasil ao colocarem jovens negros lado a lado com os da classe médio e da elite branca podem agir como um processo de desconstrução da ideologia racista no Brasil. São também uma nova forma de garantia de direitos”, e partir dessas políticas foram surgindo outras que trouxeram a população negra para o centro das discussões.

No que se refere a segunda pergunta feita ao grupo 5: O que você faria se isso ocorresse com você? Obtivemos a referida resposta: “Não saberia o que fazer, pois não tenho poder nenhum contra o sistema”. Levando em consideração a resposta dos estudantes, acredita-se que os mesmos não se veem como agentes capazes de mudar o espaço que estão inseridos ao afirmar “Não tenho poder de lutar contra o sistema”, é possível lutar contra sistema, pois a população brasileira é majoritariamente negra, neste sentido, é preciso pressionar os órgãos federais para que de fato as punições ocorram de forma efetiva.

Cabe salientar, que das 69 universidades federais do Brasil, apenas 3 não possuem uma comissão de heteroidentificação, que é uma conquista do movimento negro que foi regulamentada pela portaria nº8, de fevereiro de 2023, com o objetivo de acabar com as fraudes do sistema de cotas raciais, visto que a respectiva comissão é a responsável por analisar os fenótipos dos sujeitos que se candidatam na modalidade de cotas raciais como pretos, pardos ou indígenas (JORNAL TERRA, 2023).

Em relação a terceira pergunta ao grupo 3: Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer? Obtivemos a referida resposta: “Vários protestos,

denúncias e investigações”. Levando em consideração a resposta dos estudantes, é possível que por meio de denúncias e manifestações de crimes como este não voltem a ocorrer, pois fraudar o sistema de cotas raciais é tirar o direito da população negra que tanto foi excluída do sistema educacional e que até os dias atuais carregam em suas costas as cicatrizes do período escravocrata de recomeçar.

Cabe ressaltar, que os estudantes que fazem parte dos grupos minoritários e que podem ser contemplados pelas políticas de ações afirmativas precisam buscar os seus direitos e ocupar seus espaços nas universidades, para que possam lutar de forma unificada para que crimes como esses não passem abatidos.

Para mais, a utilização das reportagens com os estudantes na aula de Geografia serviu como um instrumento pedagógico, que teve como objetivo propiciar aos mesmos momentos de debates, e reflexões críticas em torno dos crimes de racismo que vem ocorrendo com bastante frequência em nossa sociedade. O uso de instrumentos pedagógicos torna as aulas dinâmicas, críticas, interativas e significativas para os educandos, pois sai da dinâmica das aulas tradicionais e possibilita aos estudantes uma melhor compreensão sobre o conteúdo abordado (PAULA; TORRES, 2014).

Deste modo, a respectiva atividade fez com que os estudantes saíssem da sua zona de conforto, e analisassem as situações descritas de perspectivas diferentes respondendo alguns questionamentos, a saber: “Como você se sentiria em uma situação como essa? O que você faria se isso ocorresse com você? Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer? ”, ou seja, os presentes questionamentos trazem os sujeitos para o centro dessas discussões.

Portanto, a respectiva atividade contribuiu para que os sujeitos construíssem um senso crítico perante as injustiças que ocorrem em nossa sociedade, e foram motivados a conhecer seus direitos como cidadãos, e ocupar os espaços que os pertencem por direito, e concomitantemente estimulados a pensar na importância de uma educação antirracista na construção da própria identidade.

No que diz respeito a atividade com charge, esta foi aplicada com 21 estudantes, tendo como objetivo a reflexão crítica dos mesmos ao analisarem a situação explícita na charge, e identificar até que ponto a linguagem verbal ou não verbal contribui para compreensão das expressões/elementos racistas.

No início da aula discutimos o texto, e a partir daí, organizamos os estudantes para realização da atividade individual, sendo distribuído aos mesmos a atividade impressa para que analisassem a charge e respondessem os seguintes questionamentos “Descreva o que está

ocorrendo na charge.”e “ Após a sua análise sobre a situação explícita na charge, discorra sobre o que você entendeu, e o que deve ser feito para que situações como essas não voltem a ocorrer?”. Cabe salientar, que os estudantes não demonstraram dificuldades para realização da atividade.

Na referida atividade utilizamos slides (figura 10), sobre os conflitos étnico-nacionalistas e separatistas, e uma música intitulada como “Conflitos armados no mundo” do compositor Guilherme Durans para fomentar e motivar a participação dos estudantes, e como referencial teórico utilizamos Annablume (2011), Munanga (1999), e Lucci (2016), autores que trazem discussões pertinentes sobre o conceito e a origem dos principais conflitos que ocorrem ao redor do mundo.

Logo de início para fomentar as discussões sobre a respectiva temática os estudantes foram questionados sobre o que representava a imagem de uma de uma criança atirando pedras em um tanque de guerra, e houve uma participação significativa da turma do início ao término da aula.

Deste modo, foi apresentado aos estudantes que os conflitos étnicos são as disputas que ocorrem entre grupos que possui identidades culturais, linguísticas ou religiões distintas, que muitas vezes são resultantes de discriminação, desigualdade e disputas territoriais (MUNANGA,1999). E os nacionalistas são aqueles que possuem o sentimento de pertencimento a uma cultura, uma língua, a um determinado povo e querem a preservação da nação, dos territórios e fronteiras e de suas manifestações culturais, e quando nos referimos aos separatistas os mesmos possuem as características dos nacionalistas, mas que por motivos históricos e geográficos querem a separação de uma parte do território do país para se tornarem outro país com governo próprio (MUNANGA, 1999).

Foi a partir da supracitada reflexão teórica que foi apresentado aos estudantes como se deu o processo de divisão do continente africano por Otto von Bismarck na conferência de Berlim entre os anos de 1884 a 1885 para que os europeus explorassem as riquezas presentes no continente e escravizasse os povos africanos (CARDOSO; RAMOS, 2002).

Essa situação culminou em grandes conflitos em várias regiões do continente como por exemplo, em Darfur no Sudão, Ruanda, e na África do Sul, que culminou no Apartheid, regime de segregação racial que foi estabelecido pela elite branca europeia que controlava o país, e resultou em inúmeras mortes, e teve seu fim após 46 anos, devido as lutas do movimento negro e o apoio do líder Nelson Mandela (CARDOSO; RAMOS, 2002).

Cabe salientar, que os professores precisam deixar claro para os estudantes os reais motivos que fizeram com que o continente fosse e continue sendo alvo das disputas pelas

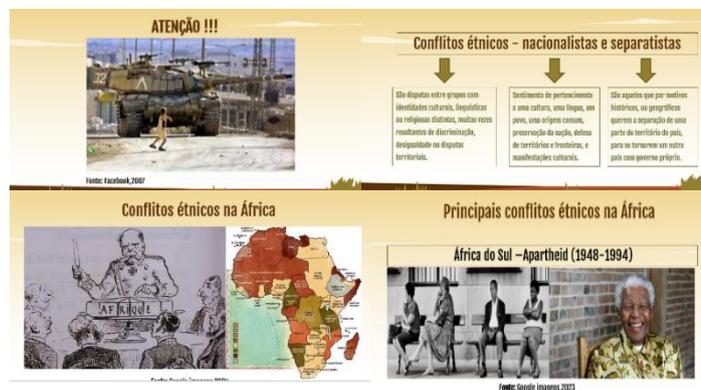
grandes potências europeias, pois o respectivo continente é extremamente rico e possui uma vasta quantidade de recursos naturais e minerais. E de acordo com Carvalho e Oliveira (2021, p.138)

O pensamento eurocêntrico forjou no imaginário social a supremacia branca versus desumanização dos corpos negros, apagamento das africanidades e imposição da sua cultura, economia, política, estética na paisagem e território. A branquitude se constituiu como projeto de poder/saber que busca definir quais memórias, heranças, inscrições, e trajetórias que serão esquecidas/destruídas e quais serão preservados e positivos.

Neste sentido, os estudantes precisam conhecer a Geografia da África, para uma melhor compressão do território africano, da sua diversidade, riquezas e das particularidades do território, para que possam entender os desafios que o respectivo continente enfrenta na atualidade.

A figura 10, mostra os slides apresentados na aula expositiva e dialogada sobre os conflitos étnicos-nacionalistas e separatistas. Deste modo foi apresentado aos estudantes os conceitos separadamente de conflitos étnicos, nacionalistas e separatistas, e os principais conflitos que ocorrem no continente africano.

Figura 10: Slides apresentados na aula expositiva e dialogada



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

A figura 11, refere-se a charge utilizada para compor a atividade dos estudantes, em que os mesmos foram instigados a refletir sobre a situação retratada na referida figura. Como podemos observar, a charge faz uma crítica social referente ao preconceito racial existente em nossa sociedade, em que muitas vezes passam despercebidos pelas pessoas.

Figura 11: Charge apresentada aos estudantes



Fonte: Junião (s.a)

Logo abaixo, no quadro 2, estão descritas as respostas obtidas por meio da atividade com charge, em que os estudantes foram solicitados na primeira questão descrever a situação que está ocorrendo na figura 11.

Quadro 2: Atividade com Charge

1. Descreva o que está ocorrendo na charge.
E1. Está falando sobre fatos que acontecem com pessoas negras, que sobre racismo por conta da sua cor, podendo ser preso, acusado de algo que não fez, ser perseguido no mercado;
E2. Está mostrando algo que sempre ocorre no nosso dia a dia, que saímos de casa e é necessário estarmos atentos. A imagem também mostra a questão da etnia, do preconceito e racismo;
E3. A charge mostra que muitas vezes, policiais prendem pessoas por sua cor de pele, preferem e acusam pessoas negras. No caso é racismo que pessoas negras tem medo de acontecer algo com ela;
E4. Descreve uma sociedade onde os negros são confundidos ou sendo presos por várias coisas que eles não fazem;
E5. Ocorre no cotidiano de pessoas negras e pobres, aonde sempre saímos com medo de sermos confundidos com criminosos sem o direito de nos defender;
E6. Faz uma crítica social ao racismo, o filho que é negro de uma família negra com medo que seu pai não volte para casa, por conta do racismo.
E7. O homem está indo ao trabalho e sua mulher está preocupada com o seu marido pois hoje em dia é comum situações que sempre coloca em pessoas negras.
E8. O filho está se despedindo do pai e sua esposa alerta para não ser confundido por com um assaltante.
E9. Um diálogo de despedida de uma família.
E10. O filho está desejando ao pai um bom trabalho, e mãe o desejando sorte para que ele não seja preso por engano, provavelmente pela sua cor. Algo que infelizmente ainda enfrentamos. Racismo.

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. da. (2023).

As respostas do quadro 2, são referentes a primeira questão solicitada na atividade: Descreva o que está ocorrendo na charge. É notório que os estudantes não demonstraram dificuldades para execução da atividade como as solicitadas nas outras aulas anteriores, visto que em suas respostas a maioria segue a mesma linha de raciocínio. Observemos as descrições dos E1, E3, E4, E6, E7, E8, os mesmos descrevem a situação que está ocorrendo na charge como uma crítica social feita a sociedade brasileira por ser altamente racista, que associa os sujeitos negros a bandidos, devido as suas características raciais, e acaba gerando medo na população negra ao sair de suas casas.

No que se refere aos E2, E5, E10, eles seguem a mesma linha de raciocínio dos demais, porém fica subtendido em suas falas que os mesmos já passaram por situações semelhantes a que está descrita na charge:

E2: “Está mostrando algo que sempre ocorre no nosso dia a dia, que saímos de casa e é necessário estarmos atentos. A imagem também mostra a questão da etnia, do preconceito e racismo”;

E5: “Ocorre no cotidiano de pessoas negras e pobres, aonde sempre saímos com medo de sermos confundidos com criminosos sem o direito de nos defender”;

E10: “O filho está desejando ao pai um bom trabalho, e mãe o desejando sorte para que ele não seja preso por engano, provavelmente pela sua cor. Algo que infelizmente ainda enfrentamos. Racismo”.

Atualmente, atitudes racistas estão cada vez mais presentes na sociedade brasileira, e na maioria das vezes essas situações são vistas com naturalidade, o que acaba contribuindo para o aumento e impunidade desses crimes. Por isso, se faz necessário trabalhar com os estudantes uma educação antirracista para que não venham cometer esses crimes e não naturalizem tais situações, e se forem vítimas, saberem como reagir.

Ademais, muitas crianças, jovens, adultos e idosos, tem passado por situações racista diariamente, e tudo isso vem sendo noticiado em inúmeros meios de comunicação, e as vítimas é a população negra que vive em bairros periféricos, que tem sido os principais alvos da violência policial, cabe salientar que a história é sempre a mesma, os sujeitos foram vítimas de “bala perdida”, como o caso da jovem Kathlen Romeu que estava grávida aos 24 anos, quando teve a sua vida interrompida e a do seu bebê pela violência policial no Rio de Janeiro, e até os dias atuais não foi dado nenhuma justificativa plausível por parte da justiça brasileira (BARRETO, 2022).

Atualmente, esse tem sido a realidade da população negra e periférica, em consonância com Barreto (2022, p. 67)

O corpo negro é sempre visto como ameaça, como o outro mau, o outro culpado. Isso ocorre porque, como já dito, vivemos em uma sociedade racista, na qual a discriminação contra o negro é naturalizada, eles são inferiorizados e a violência de Estado é legitimada.

Infelizmente, a violência a qual a população negra é acometida deixa ainda mais escancarado que o racismo ainda predomina e predominará por muito tempo em nossa sociedade, por isso é urgente a necessidade de políticas públicas que sejam efetivas. Para mais, é importante evidenciar a descrição do E9. “Um diálogo de despedida de uma família”, o supracitado estudante analisou o respectivo diálogo de forma naturalizada, como ocorre com boa parte dos brasileiros que não enxergam o Brasil como um país extremamente racista, e que ainda vivem o mito da democracia racial.

Mas, será que esse diálogo de despedida entre a família ocorre em todos os lares brasileiros? É evidente que não, por isso não devemos naturalizar diálogos como esse, como se fosse algo normal e comum, as pessoas sentirem medo de serem confundidas com bandidos e não ter a oportunidade de voltar para os seus lares.

No que se refere ao quadro 3, obtivemos a resposta do questionamento dois: Discorra sobre o que você entendeu, e o que deve ser feito em situações como essa?

Quadro 3: Atividade com Charge

2. Discorra sobre o que você entendeu, e o que deve ser feito em situações como essa?
E1. Acontece que o racismo está enraizado na nossa sociedade e as pessoas (políticos) que deveriam mudar isso, simplesmente não fazem nada.
E2. Que o menino deu tchau que talvez ele veja o pai a última vez porque, pois é difícil e raro ele voltar com vida.
E3. O filho basicamente falou sobre o racismo que negros sofrem, até mesmo das autoridades. Leis mais severas para os crimes de racismo.
E4. Eu entendi que infelizmente as pessoas de pele escura estão sujeitas a serem presos por engano, simplesmente por ser negro, deve-se ter mais investigações para que a pessoa certa seja presa.
E5. A charge mostra o que o que muitas pessoas, principalmente negras passam por serem julgadas como alguém só pela sua cor. Acredito que leis mais severas ajudaria nessa questão.
E7. Que homem negro não importa a sua idade, forma que se veste, sempre será julgado por pessoas racistas.
E8. Precisa ser trabalhado a respeito do racismo e do preconceito que as pessoas negras sofrem, e que tenha o mesmo direito de andar livremente como os brancos.
E9. As pessoas devem ter empatia, respeito, e entender que todos somos seres humanos e queremos igualdade.
E10. Bom, nesse caso é um assunto difícil de não acontecer. Pois o racismo só vem acontecendo a muitos anos. E as pessoas negras não anda com segurança nos lugares.

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. da. (2023).

No que se refere as respostas do 3, os estudantes deixam explícito que o racismo é crime, e o Estado brasileira precisa assumir a sua responsabilidade com a população negra, da mesma forma que se responsabiliza pelas não negras. Deste modo, se faz necessário tornar as políticas públicas efetivas, e que as punições de fato ocorram, pois por muito tempo os direitos da população negra vêm sendo negligenciados e violados.

A utilização da charge nas aulas de Geografia como recurso didático contribui para que os estudantes compreendam a realidade de forma crítica, e concomitantemente facilite o processo de ensino e aprendizagem dos mesmos (SILVA; CAMPOS, 2016).

Com base no procedimento metodológico adotado foi aplicado um questionário com os estudantes contendo 4 perguntas: Você sentiu alguma dificuldade para realizar as atividades? Faça um breve relato sobre as suas experiências ao executar as atividades; Na sua opinião, as discussões presentes nas atividades executadas são importantes? Por que?; Durante as aulas foram realizadas algumas atividades relacionadas a questão étnica no Brasil, dentre as atividades qual você gostou mais? Justifique a sua resposta; Você já tinha ouvido falar sobre a questão étnica no Brasil?

Cabe salientar, que o questionário foi realizado com objetivo de avaliar o nível de satisfação dos mesmos em relação as atividades desenvolvidas nas aulas.

O quadro 4, refere-se as respostas obtidas no primeiro questionamento: Você sentiu alguma dificuldade para realizar as atividades? Faça um breve relato sobre as suas experiências ao executar as atividades.

Quadro 4: Relato dos estudantes sobre as atividades aplicadas

1. Você sentiu alguma dificuldade para realizar as atividades? Faça um breve relato sobre as suas experiências ao executar as atividades.
E1. Não, foi muito interessante e aprendi muito.
E2. Não, com as dinâmicas tudo ficou bem mais fácil para compreender os assuntos abordados nas aulas.
E3. Não, as atividades foram bem envolventes e fáceis, acredito que foi por conta das aulas que não deixaram dúvidas, e o principal é que eu pude expressar minha opinião.
E4. Não, as vezes eu me limito demais, por isso em algumas atividades eu demoro muito pensando, mas isso é um problema pessoal e que logo será resolvido.
E5. Não, foi bem de boa porque entendi várias coisas importantes.
E6. Não, aprendi mais, estava errando em algumas palavras que para mim não era nada demais, mas na verdade eram ofensivas.
E7. Não, foi tranquila e adorei, aprendi bastante coisa.
E8. Não, as atividades foram tranquilas e me fizeram refletir.
E9. Não, foi uma ótima experiência as atividades trabalhadas em sala de aula.
E10. Não, achei bem interessante e aprendi algumas coisas importantes sobre os povos

indígenas.

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. (2023).

Como podemos observar no quadro 4, 100% dos estudantes relataram que não sentiram dificuldades para realização das atividades, mesmo que durante a sua aplicação tenha surgido muitas dúvidas por parte dos mesmos, e algumas atividades demandaram mais tempo de execução que as outras, como por exemplo, a dinâmica de autoidentificação com espelho.

Além disso, como relato de experiência os mesmos demonstraram satisfação em realizar as atividades de autoidentificação com espelho, com reportagens e com charges, e deixam explícito que tais atividades facilitaram o processo de aprendizagem e contribuíram para construção de novos conhecimentos.

No que se refere ao 2 questionamento: Na sua opinião, as discussões presentes nas atividades executadas são importantes? Por que? Obtivemos os resultados presentes no quadro 5.

Quadro 5: Importância das atividades aplicadas

2. Na sua opinião, as discussões presentes nas atividades executadas são importantes? Por que?
E1. São, porque ainda existe muito preconceito sem sentido em relação a esses assuntos.
E2. É importante porque faz nos conhecer mais sobre os assuntos e se aprofundar mais sobre eles.
E3. Sim, porque descobrimos mais relatos e pelos os relatos com discussões em sala, aprendemos mais com outras opiniões.
E4. Sim, porque são assuntos extremamente importantes e a grande maioria ainda não foram resolvidos no país.
E5. Sim, pois cada um expõe suas opiniões sobre o assunto.
E6. Sim, porque são preciosas principalmente para aumentar o nosso conhecimento e desenvolvimento intelectual e o pensamento crítico.
E7. Sim, porque trabalha o respeito e as diferenças que temos ao nosso redor.
E8. Sim, foi possível refletir sobre os assuntos e criar um olhar diferente dando mais importância e o devido valor.
E9. Sim, porque aprendemos muitos sobre os povos indígenas e o passado das pessoas escravizadas,
E10. Sim, pois discutimos nosso ponto de vista. Entendemos mais sobre os povos originário.

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

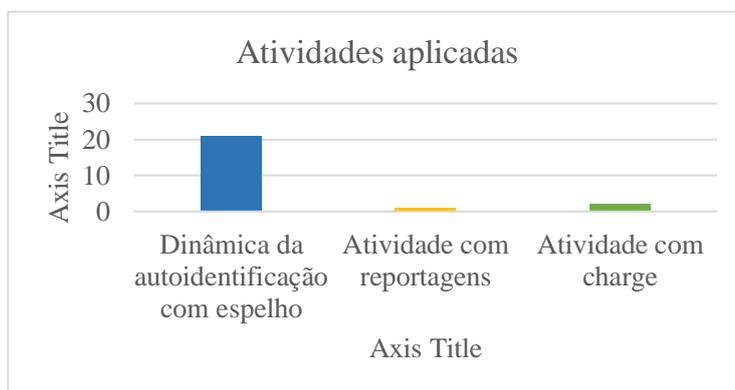
Elaboração: SILVA, Jessica E. R. (2023).

Como podemos evidenciar no quadro 5, as discussões propostas em sala de aula contribuíram para que os estudantes ampliassem os debates relacionados a questão étnico-racial em nosso país, sendo nítido o interesse dos mesmos em se aprofundar mais na temática, visto que vivemos em um país extremamente racista, e muitas lutas precisam ser travadas para frear

este fenômeno, e a educação é único meio para que isso aconteça. Cabe salientar, que durante as discussões em sala de aula, muitos estudantes já passaram por crimes de racismo dentro e fora do contexto escolar.

A terceira pergunta direcionada aos estudantes: “Durante as aulas foram realizadas algumas atividades relacionadas a questão étnica no Brasil, dentre as atividades qual você gostou mais? Justifique a sua resposta.

Gráfico 1: Atividade que os estudantes mais gostaram.



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. (2023).

De acordo com os dados expostos no gráfico 1, dos 24 estudantes que responderam o questionário, 21 responderam que gostaram mais da dinâmica de autoidentificação com espelho, apenas 1 estudante gostou da atividade com reportagens, e 2 estudantes gostaram da atividade com charge.

No que se referem as justificativas apresentadas pelos estudantes em relação a dinâmica de autoidentificação com espelho, destaca-se o quadro 6.

Quadro 6: Justificativas sobre dinâmica autoidentificação com espelho

E1. Gostei porque parei para pensar sobre a minha origem.
E2. Porque tive dificuldades para falar sobre mim.
E3. Achei legal pensar sobre a minha cor e apreciar a minha beleza.
E4. Pois eu falei sobre as minhas características e me identifiquei com minhas origem.
E5. Gostei muito porque a gente discutiu muito sobre as questões de cor de pele, tipos de cabelo.
E6. Aula diferente que me fez refletir de outra forma.
E7. Porque fez nos identificar a nossa cor de pele e o nosso cabelo.
E8. Nos ajudou a aceitar a nossa origem

Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. (2023).

Em relação as justificativas descritas no quadro, podemos constatar que a maioria dos

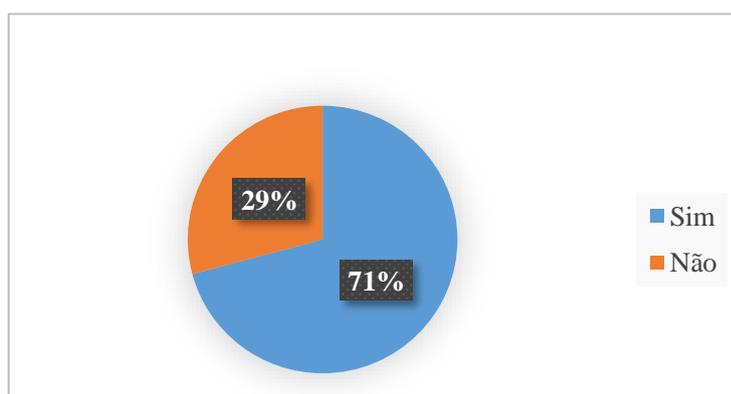
estudantes gostaram da respectiva atividade porque os proporcionou reflexões sobre a sua própria identidade, em que muitos nunca havia parado para refletir sobre a sua cor de pele, os seus cabelos e a sua origem, deste modo, os estudantes durante a execução da atividade foram estimulados a reconhecer, valorizar e respeitar a beleza negra.

No que diz respeito a atividade com reportagem a qual foi escolhida apenas por um estudante obtivemos a seguinte justificativa: “Muito boa a experiência de nos imaginarmos na situação do indivíduo, e pensar em como solucionar a questão dada”, foi possível constatar que os estudantes durante a execução da atividade ficaram angustiados com as situações descritas nas reportagens, o que fez com que os sujeitos refletissem sobre a forma que racismo se materializa no espaço, e como eles se comportariam em situação como essas. Diante disso, vemos a necessidade de trabalhar ainda mais essa temática para que os estudantes não cometam crimes raciais e ao ser vítima saibam o que fazer.

Quanto a envolvendo a Charge, em que apenas 2 estudantes gostaram, obtivemos apenas uma justificativa: “Gostei porque a aula foi bem participativa”. Sendo assim, podemos observar o quão é importante desenvolver com os estudantes atividades que os instiguem a refletir sobre as situações que permeiam a própria realidade, pois isso facilita o processo de ensino e aprendizagem, e contribui para que haja uma participação significativa da turma.

A quarta pergunta direcionada aos estudantes: Você já tinha ouvido falar sobre a questão étnica no Brasil? Obtivemos a resposta descrita no gráfico 2.

Gráfico 2: estudantes que já ouviram falar sobre a questão étnico racial no Brasil



Fonte: Pesquisa Direta, 2023.

Elaboração: SILVA, Jessica E. R. (2023).

Em relação ao gráfico 2, podemos constatar que 71% dos estudantes já ouviram falar sobre a questão étnico racial no Brasil, enquanto 29% nunca ouviram falar. Estes dados, mostram a necessidade e a importância de trabalhar temáticas como estas em sala de aula para

que os estudantes comecem a construir novos saberes, e conheçam a diversidade étnica cultura e racial do território Brasileiro.

Portanto, é notório que as atividades pautadas nas ideias da Educação Geográfica contribuíram significativamente para aprendizagem e desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, e fez com os mesmos refletissem sobre situações que não habituados, e isso resultou em uma grande participação da turma nas aulas e na execução das atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação da lei 10.639/03 é um importante instrumento na luta contra o racismo e os preconceitos, justamente por tornar obrigatório nos currículos escolares a História da Cultura Afro-Brasileira e Africana, estimulando os estudantes a construir sua identidade com base na sua ancestralidade por meio do reconhecimento da sua origem.

As atividades desenvolvidas em sala de aula possuíram uma determinada finalidade, as quais trouxeram contribuições para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, a primeira intitulada como “Dinâmica de autoidentificação com espelho” contribuiu para que os estudantes construíssem e refletissem sobre a sua identidade, com base nos seus fenótipos e na sua ancestralidade, a segunda “Atividade com reportagens” trouxe situações que ocorrem diariamente em nossa sociedade, propiciando uma avaliação acerca das consequências geradas pelo racismo, a terceira “Atividade com Charge” propiciou a identificação de situações racistas que ocorrem cotidianamente e que muitas vezes passam despercebidas, deste modo, as supracitadas atividades são recursos didáticos que propicia reflexões, construção e aprimoramento de conhecimentos sobre situações que se perpetua até os dias atuais.

Foi possível ver por meio dessa pesquisa que as atividades desenvolvidas nas aulas de Geografia trouxeram contribuições para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes, e proporcionou reflexões propositivas, as quais podemos constatar em seus relatos, pois os mesmos foram motivados a refletir e se desconstruir em relação aos termos pejorativos que são utilizados para designar e inferiorizar a população negra e os povos originários, e estimulados a pensar sobre a sua própria origem.

Cabe salientar, que outro ponto enfatizado pelos estudantes foi o fato de terem abertura para participar das aulas expressando a sua opinião e esclarecendo as possíveis dúvidas, neste sentido é imprescindível que os professores mantenham um diálogo com a turma, pois os mesmos possuem um papel de mediador do processo de ensino aprendizagem dos estudantes.

E além disso, a função do professor não deve se limitar em trabalhar os conteúdos, é preciso que se tenha uma prática educativa dialógica para que se obtenha bons resultados, sendo necessário estimular os estudantes a participar das aulas para que reflitam sobre os conteúdos ministrados e os correlacionem com o seu cotidiano, e a partir disso modifiquem o seu agir na sociedade (GAZZOLA; ARBOIT; PACHECO; 2014).

Para mais, os desafios para aplicabilidade da lei 10.639/03 ainda são muitos, é preciso trabalhar as relações raciais em sua totalidade, para além das datas comemorativas e de projetos isolados, é preciso descolonizar o Ensino de Geografia, e apresentar aos estudantes uma nova

visão do mundo em que vivemos, e conseqüentemente proporcionar aos mesmos uma educação pautada no antirracismo, na valorização da diversidade cultural e na formação de cidadãos críticos e propositivos para uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

AXEL, S. T. J. **O Migrante Africano no Brasil e o Preconceito Brasileiro sobre a África**. Rio de Janeiro, 2017, p.21-35.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: . Acesso em: 10 de fev. 2023.

Apenas três universidades federais não têm banca anti-fraude de cotas raciais. **Jornal Terra**, São Paulo, 15 de mai. de 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/apenas-tres-universidades-federais-nao-tem-banca-anti-fraude-de-cotas-raciais,229b7035ffce730406ad6f246107b357vyh28181.html#:~:text=Das%2069%20universidades%20federais%20existentes,poss%C3%ADveis%20fraudes%20nas%20cotas%20raciais>. Acesso em: 22 de mai. 2023.

BARRETO, C. C. M. Racismo e violência policial em “O avesso da pele”, de Jeferson Tenório. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v.14, n. 22, p.61-78, out. de 2022. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/85590/83041>. Acesso em: 5 de ago.2023.

BARBOSA, M. E. S. **A Geografia na escola: espaço, tempo e possibilidades**. Revista de ensino de geografia, Uberlândia, v. 7, n.12, 2016.

BRASIL: 500 anos de povoamento. IBGE, centro de documentação e disseminação de informações. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. p. 232.

CAXILE, C. R. V; VASCONCELOS, J. G. Memória e legado da escravidão no Brasil: dilemas e paradoxos. In: VASCONCELOS, José Gerardo; XAVIER, Antônio Roberto (Orgs). Pesquisas pós doutorais em história e memória da educação. Fortaleza: **Imprece**,2018, p.63-73.

CARDOSO, C; RAMOS, M. J. Guerra e conflitos violentos em África. **Cadernos de Estudos Africanos [online]**, n.2, p. 7-9, 1 de jun. de 2002. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1251>. Acesso em: 12 de mar. 2023.

CALLAI, H. C. O conhecimento Geográfico e a formação do professor de Geografia. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, p. n. 47, 2011.

CALLAI, H. C. M.; MORAES, M. Educação geográfica, cidadania e cidade. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 2017, p. 82-100, 2017.

CALLAI, H. C. *et al.* O ensino de geografia nos trabalhos apresentados no XI ENANPEGE. **Revista da ANPEGE**. v. 12, n. 18, p. 43-55, Especial GT ANPEGE,2016.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 10. ed. Campinas - SP: Papyrus, 2007. p. 09-158.

_____. Geografia Escolar: reflexões sobre conhecimento articulado na teoria e na prática docente. In: **XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – ENDIPE**, UNICAMP, Campinas, 2012.

_____. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 45 – 47

CARVALHO, S. C. S. OLIVEIRA, D. A. A construção social do negro e da África. In: _____. **Ensino de Geografia da África caminhos e possibilidades para uma educação antirracista**. Quissamã-RJ: Revista e Africanidades, 2021. p. 137-147.

CASTROGIOVANNI, A. C. et al. **Ensino da Geografia: Caminhos e encantos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 07-110

CERQUEIRA, D. Atlas da Violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. 108p.

COELHO, H. Moisés foi espancado enquanto clientes compravam refrigerante testemunha afirma que agressores disseram para 'não olhar'. **G1**, Rio de Janeiro, 04 fev de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/04/moise-foi-espancado-enquanto-clientes-compravam-refrigerante-e-testemunha-afirma-que-agressores-disseram-para-nao-olhar.ghml>. Acesso: 10 de mai. 2023.

CUNHA JÚNIOR, H. História e cultura africana e os elementos para formação de educadores. Novo Horizonte- CE, 2006.

CRUZ, T. A. Os processos de lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil. **Revista Sures**, Paraná, p.145-163, fev. 2017.

DAVIS, A.Y. Angela Davis: Mulheres, raça e classe. 1ed. São Paulo: **Boitempo**, 2016.

FARAH, P. D. Combates à xenofobia, ao racismo e à intolerância. **Revista USP**, São Paulo. n. 4, p. 11-30. jul/ago/set, de 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/142365>. Acesso em: 31 de jul.2023.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica. 5 ed. São Paulo: **editora Globo**, 2008.

FERREIRA, R. A. Os indígenas e os impactos da colonização europeia. **Jornal USP**, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/os-indigenas-e-os-impactos-da-colonizacao-europeia/>. Acesso em: 20 de jun. 2023.

GAZZOLA, J. S; ARBOIT, A. A; PACHECO, L. M. D. A relação professora x aluno: uma possível resignificação através da metodologia docente. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, VI. 2014, Santa Maria. **Anais...**Rio Grande do Sul: Realize Editora, 2014. p.3-9.

GOMES, L. O legado da escravidão e o futuro do Brasil. **Portal SBPC**, 2021. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/noticias/o-legado-da-escravidao-e-o-futuro-do-brasil/>. Acesso em: 10 de jun. 2023.

GOMES, N. L. O movimento Negro educador saberes construídos nas lutas emancipatórias. 1 ed. Petrópolis: **editora Vozes**, 2017.

HEES, L. W. B; RAMÍREZ, G. P. L. Diversidade étnica e cultural na escola de educação básica. **Revista Docent Discunt**, São Paulo, v. 02, n. 1, p. 23-37, jun. de 2021.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD contínuo) cor ou raça da população Brasileira. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [Justiça condena alunas da Ufal que fraudaram sistema de cotas raciais para cursar medicina e psicologia. **G1**, Alagoas, 14 de set. de 2022. Disponível: <https://g1.globo.com/alagoas/noticia/2022/09/14/justica-condena-alunas-da-ufal-que-fraudaram-sistema-de-cotas-raciais-para-cursar-medicina-e-psicologia.ghtml>. Acesso em: 22 de mai.2023.](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-couraca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,9%2C1%25%20como%20preto s. Acesso em: 20 de jun. 2023.</p></div><div data-bbox=)

JUZINSKAS, L.G; AYRES, R. S. M. C. Breves apontamentos acerca de causas e consequências na adoção do marco temporal em matéria de terra indígena. **Boletim científico ESMPU**, Brasília, n.18, p. 13-40, jan. /jun. de 2019.

LIMA, E. R; FERREIRA, G. H. C. Uma percepção geográfica da temática afro-brasileira na escola. **Revista Educação**, Batatais, v.8, n.2, p.143-167, jan./jun. de 2018.

MACEDO, K. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. Entrevista concedida a: BOSI, Alfredo; BORELLI, Dario. **Revista estudos avançado**: São Paulo. v. 18, n. 50, p. 51-56, 13 de fev. de 2004.

MACHADO, M. A; CAINELLI, M. R. Trabalho escravo no Brasil: do período colonial. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da educação. Superintendência de educação. Os desafios da escola pública paraense na perspectiva do professor PDE, 2014. Ivaiporã: SEED/PR, 2014, v.1 (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_hist_artigo_marli_aparecida_machado.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2023.

MATA, V. P; PELISOLI, C. L.. Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador-BH. n.3,p. 126-140. Jan. de 2016.

MATHIAS, S. Quem é a ex-jogadora de vôlei que chicoteu motoboy e mordeu perna de uma entregadora. **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 12 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/12/quem-e-a-ex-jogadora-de-volei-que-chicoteou-motoboy-e-mordeu-perna-de-uma-entregadora-no-rio>. Acesso em: 10 de mai. de 2023.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. 1ed. Petrópolis-RJ: **Vozes**,1999.

MUNANGA, K. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

OLIVEIRA, I.. O negro no sistema educacional brasileiro: alguns aspectos históricos e contemporâneos. **Revista de Educação**, Rio de Janeiro, v.31, p.1-11, jan/dez, de 2022.

PAULA, C. P; TORRES, E. C. O uso de jornal como instrumento pedagógico no ensino de Geografia. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da educação. Superintendência de educação. Os desafios da escola pública paraense na perspectiva do professor PDE, 2014. Londrina: SEED/PR, 2014, v.2 (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uel_geo_pdp_claudia_ponciano_de_paula.pdf. Acesso em: 25 de mai. 2023.

Passageira negra é retirada a força de voo por se negar a despachar laptop; Gol alega 'medida de segurança'. **Revista Marie Claire**, São Paulo, 29 de abr. de 2023. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/violencia-de-genero/noticia/2023/04/passageira-negra-e-retirada-a-forca-de-voos-por-se-negar-a-despachar-laptop-gol-alega-medida-de-seguranca.ghtml>. Acesso em: 22 de mai. de 2023.

QUADRADO, B.F. Sobre a mestiçagem Brasileira e identidade negra em um concurso de mulato no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH-RS,XII,2014, São Leopoldo. **Anais...** Rio Grande do Sul: ANPUH,2014, p. 1-12.

RAMÍREZ, G. P.L; SILVA, A. D. Educação e religiosidade, uma reflexão sobre a diversidade cultural das comunidades tradicionais no Brasil. In: _____ Ampliação e aprofundamento dos conhecimentos teológicos das religiões. Ponta Grossa-PR: Atena,2021, p. 25-31.

RODRIGUES, I.B. África e Afros em sala de aula (Des) usos da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17, 2013., Natal-RN. **Anais...**Natal: Anpuh, 2013. p. 1-10.

SANTOS, C. G; SANTOS, J.R.O; KADRI, M. S. El. Letramento racial crítico na construção básica. *Entretextos*, Londrina, v. 21, n.2, p.153-172, 2021.

SANTOS, L. S; SILVA, S. M. Importância de incluir a temática étnico-raciais no ambiente escolar. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, IV, 2021, **Anais...**, 2021, p. 1-10.

SANTOS, M. F. P. dos. Visibilidades e invisibilidades: a Educação Geográfica nas declarações da UGI. In: XIX Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...**João Pessoa/PB, 2018, p.1-9. ISBN 978-85-99907-08-5.

SANTOS, M. F. P; VILAR, E. T. F. S. Quando a escola é contexto para apr(e)nder na/desde a prática de ensino. In: MARTINS, Rosa Elisabete Militz W.; TONINI, Ivaine Maria; COSTELLA, Roselane Zordan (Org.). **Geografias Interativas**. Florianópolis: UDESC, 2020. p. 217-231.

SANTOS, N. C.L; FENANDES, M. J.C. A trajetória do ensino de geografia no brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, IV, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Editora Realize, 2018. p.1-12.

SANTOS, R. E. A Lei 10.639 no PNLD de Geografia: um ensaio sobre questões, mudanças e

permanências. In: Tonini, Ivaine; Goulart, Ligia Beatriz; Kaercher, Nestor André; Martins, Rosa Miltz; Costella, Roselane Zordan. (Org.). **Geografia e livro didático: para tecer leituras de mundo**. 1ed. São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 29-49.

_____. Refletindo sobre a Lei 10.639: possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do Movimento Negro. Rio de Janeiro, 2009.

_____. O ensino de Geografia do Brasil e as Relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: _____ (Org.) **“Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007a.

SAMPAIO, C. Ataque de garimpeiros mata Yanomami e fere outros dois em Roraima. **Brasil de Fato**, 30 de abr, de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/30/ataque-de-garimpeiros-mata-yanomami-e-fere-outros-dois-em-roraima>. Acesso em: 22 de mai. 2023.

Sete em cada 10 secretarias municipais de educação descumprem lei que obriga ensino sobre história e cultura afro-brasileira nas escolas. **Jornal Nacional**, 13 de mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/13/sete-em-cada-10-secretarias-municipais-de-educacao-descumprem-lei-que-obriga-ensino-sobre-historia-e-cultura-afro-brasileira-nas-escolas.ghtml>. Acesso em: 20 de mai. 2023.

SILVA, M. A. A; CAMPOS, R. A. O uso de charges no ensino de Geografia. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da educação. Superintendência de educação. Os desafios da escola pública paraense na perspectiva do professor PDE, 2016. Ivaiporã: SEED/PR, 2016, v.1 (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.leg.uefs.br/arquivos/File/materiais/ARTIGOS_charges_quadrinhos/Maria_Aparecida_de_Azevedo_da_Silva_Ricardo_Aparecido_Campos_2016_O_uso_das_charges_no_ensino_de_geografia.pdf. Acesso em: 5 de ago. 2023.

SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele. (Org). Superando o racismo na escola. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005.

SOUSA, A. V. C. Afro-cearenses em construção: discursos identitários sobre o negro. Fortaleza: **Edições Demócrito Rocha**, 2008.

STROHER, C. E; MEINERZ, C. B; Branquitude e privilégio de cor: Dimensão relacional do racismo entre jovens estudantes. **Revista Práxis**, Nova Hamburgo, v.19, n.2, p. 88-111, jul/dez. de 2022.

APÊNDICE

1.ATIVIDADE DE AUTOIDENTIFICAÇÃO COM ESPELHO

Nome: _____

Turma: 3º ano

1. Ao se olhar no espelho, como você se identifica?

2.ATIVIDADE COM REPORTAGENS

GRUPO 1

2. Leia a reportagem abaixo, e em seguida responda as questões.

RIO DE JANEIRO

Moïse foi espancado enquanto clientes compravam refrigerante e testemunha afirma que agressores disseram para 'não olhar'

Segundo testemunhas, os agressores afirmaram que congelês estava 'assaltando as pessoas' e queriam 'dar um corretivo' nele. Guardas municipais foram chamados, mas não ajudaram.

Por Henrique Coelho, g1 Rio
04/02/2022 09h16 · Atualizado há um ano



No dia 24 de janeiro de 2022, Moïse Mugenyi Kabagambe foi ao quiosque Tropicália, onde trabalhava, para cobrar duas diárias ainda não pagas. Segundo os familiares, foi amarrado e espancado, inclusive com um taco de beisebol. Parentes disseram ainda que os órgãos de Moïse teriam sido retirados do seu cadáver.

Fonte: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/02/04/moise-foi-espancado-enquanto-clientes-compravam-refrigerante-e-testemunha-afirma-que-agressores-disseram-para-nao-olhar.ghtml>.

- a) Como você se sentiria em uma situação como essa?
- b) O que você faria se isso ocorresse com você?
- c) Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer?

GRUPO 2

1. Leia a reportagem abaixo, e em seguida responda as questões.



Três indígenas foram atacados e baleados por garimpeiros ilegais na tarde de sábado (29), na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Ilson Xirixana, de 36 anos, levou um tiro na cabeça, não resistiu e morreu às 5h33 deste domingo (30). Os outros dois homens, um de 24 anos e outro de 31, foram baleados no abdome e levados inicialmente para o Centro de Referência Surucucu. Na manhã deste domingo eles foram transferidos para um hospital em Boa Vista, capital do estado.

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/30/ataque-de-garimpeiros-mata-yanomami-e-fere-outros-dois-em-roraima>.

- a) Como você se sentiria em uma situação como essa?
- b) O que você faria se isso ocorresse com você?
- c) Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer?

GRUPO 3

1. Leia a reportagem abaixo, e em seguida responda as questões.

Passageira negra é retirada a força de voo por se negar a despachar laptop; Gol alega 'medida de segurança'

Samantha Barbosa, que estava no voo 1575 da Gol - de Salvador a Congonhas (SP) - foi levada por três agentes federais por se recusar a despachar bagagem com computador; Nas redes sociais, a companhia aérea GOL é acusada de racismo e violência contra a mulher

Por Redação Marie Claire
26/05/2023 12h40 | Atualizado há 5 dias



Na sexta-feira (28), a professora de inglês e cientista social Samantha Barbosa foi retirada do voo 1575 da GOL, que ia de Salvador a Congonhas, em São Paulo, por se recusar a despachar sua mochila - que continha um laptop dentro - por não haver espaço na aeronave.

Fonte: <https://revistamarieclaire.globo.com/violenciadegenero/noticia/2023/04/passageira-negra-e-retirada-a-forca-de-voo-por-se-negar-a-despachar-laptop-gol-alega-medida-de-seguranca.ghtml>.

- Como você se sentiria em uma situação como essa?
- O que você faria se isso ocorresse com você?
- Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer?

GRUPO 4

- Leia a reportagem abaixo, e em seguida responda as questões.



Brasil de Fato 20 anos
UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais Rádio

SANDRA MATHIAS

Quem é a ex-jogadora de vôlei que chicoteou motoboy e mordeu perna de uma entregadora no Rio

Em seu histórico, além da carreira iniciada no esporte em 1982, Sandra tem outras diversas passagens pela polícia do Rio

Redação
Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 12 de Abril de 2023 às 13:58

Um vídeo que circula nas redes sociais e no noticiário desde o último domingo (9) mostra uma cena impactante: uma mulher branca avança contra um homem negro utilizando a coleira do seu cachorro como chicote. O homem, identificado como o motoboy Max Angelo dos Santos, corre e tenta se esquivar, mas suas costas ficam marcadas pelos golpes.

Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/12/quem-e-a-ex-jogadora-de-volei-que-chicoteou-motoboy-e-mordeu-perna-de-uma-entregadora-no-rio>.

- Como você se sentiria em uma situação como essa?
- O que você faria se isso ocorresse com você?
- Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer?

GRUPO 5

- Leia a reportagem abaixo, e em seguida responda as questões.



ALAGOAS GAZETA

Justiça condena alunas da Ufal que fraudaram sistema de cotas raciais para cursar medicina e psicologia

Estudantes vão pagar multa no valor de R\$ 10 mil, cada, e prestar serviço comunitário; cabe recurso da decisão. Juiz decidiu manter matrículas ativas por entender que causaria menos prejuízo ao Estado.

Por g1 AL
14/09/2022 13h58 · Atualizado há 7 meses

A Justiça Federal em Alagoas condenou duas estudantes da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) por fraude ao sistema de cotas. As alunas, que cursam atualmente medicina e psicologia, usaram indevidamente as vagas destinadas para negros para ingressar nos cursos em 2018. A informação foi divulgada nesta quarta-feira (14).

Fonte: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/09/14/justica-condena-alunas-da-ufal-que-fraudaram-sistema-de-cotas-raciais-para-cursar-medicina-e-psicologia.ghtml>.

- Como você se sentiria em uma situação como essa?

- b) O que você faria se isso ocorresse com você?
 c) Quais medidas precisam ser tomadas para que situações como essa não voltem a ocorrer

3.ATIVIDADE COM CHARGE

Nome: _____

3º ano

1. As charges utilizam os recursos do desenho e do humor para tecer algum tipo de crítica a diversas situações do cotidiano. Analise a charge do chargista Junião, e responda as questões abaixo:



Fonte: <http://www.juniao.com.br/racismo-charge-juniao/>

- a) Descreva o que está ocorrendo na charge?
 b) Após a sua análise sobre a situação explícita na charge, discorra sobre o que você entendeu, e o que deve ser feito para que situações como essas não volte a ocorrer?

QUESTIONÁRIO SATISFÁTORIO

1-Você sentiu alguma dificuldade para realizar as atividades? Faça um breve relato sobre as suas experiências ao executar as atividades.

2- Na sua opinião, as discussões presentes nas atividades executadas são importantes? Por que?

3- Durante as aulas foram realizadas algumas atividades relacionadas a questão étnica no Brasil, dentre as atividades qual você gostou mais? Justifique a sua resposta.

4. Você já tinha ouvido falar sobre a questão étnica no Brasil?

- Sim
 Não